



STJ

Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica
Coordenadoria de Gestão da Informação

RELATÓRIO ESTATÍSTICO

2017

PLENÁRIO		CORTE ESPECIAL		PRIMEIRA SEÇÃO Direito Público e Previdenciário		SEGUNDA SEÇÃO Direito Privado		TERCEIRA SEÇÃO Direito Penal		CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL			
1. Felix Fischer 17/12/1996		1. Laurita Vaz 30/ 6 /1999		1. Francisco Falcão		1. Nancy Andrichi		1. Felix Fischer		Laurita Vaz			
2. Francisco Cândido de M. Falcão Neto 27/10/1999		2. Humberto Martins 3. Felix Fischer		2. Herman Benjamin		2. Luis Felipe Salomão		2. Maria Thereza de Assis Moura		Humberto Martins			
3. Fátima Nancy Andrichi 4. Laurita Hilário Vaz (Presidente)	26/ 6 /2001	4. Francisco Falcão		3. Napoleão Nunes Maia Filho		3. Paulo de Tarso Sanseverino*		3. Jorge Mussi		Raul Araújo			
5. João Otávio de Noronha ¹ 3/12/2002		5. Nancy Andrichi		4. Og Fernandes		4. Isabel Gallotti		4. Sebastião Reis Júnior		Corregedor-Geral			
6. Humberto Eustáquio Soares Martins (Vice-Presidente)	14/ 6 /2006	6. João Otávio de Noronha		5. Mauro Campbell Marques*		5. Antonio Carlos Ferreira		5. Rogério Schietti Cruz*		Biênio: 2016/2018			
7. Maria Thereza Rocha de Assis Moura 9/ 8 /2006		7. Maria Thereza de Assis Moura		6. Benedito Gonçalves		6. Villas Bôas Cueva		6. Nefi Cordeiro		Paulo de Tarso Sanseverino			
8. Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin 9/ 9 /2006		8. Herman Benjamin		7. Assusete Magalhães		7. Marco Buzzi		7. Reynaldo Soares da Fonseca		Efetivo (2017/2019)			
9. Napoleão Nunes Maia Filho 23/ 5 /2007		9. Napoleão Nunes Maia Filho		8. Sérgio Kukina		8. Marco Aurélio Bellizze		8. Ribeiro Dantas		Isabel Gallotti			
10. Jorge Mussi 12/12/2007		10. Jorge Mussi		9. Regina Helena Costa		9. Moura Ribeiro		9. Antonio Saldanha Palheiro		Efetivo (2017/2019)			
11. Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes 17/ 6 /2008		11. Og Fernandes		10. Gurgel de Faria		10. José Lázaro Alfredo Guimarães**		10. Joel Ilan Paciornik		Antonio Carlos Ferreira			
12. Luis Felipe Salomão ² 17/ 6 /2008		12. Luis Felipe Salomão		*Presidência: 6/8/2017 a 5/8/2019 Coord.: Zilda Carolina de Souza		*Presidência: 27/8/2017 a 26/8/2019 Coord.: Ana Elisa Kirjner		*Presidência: 28/5/2017 a 27/5/2019 Coord.: Gilberto Ferreira Costa		Suplente (2016/2018)			
13. Mauro Luiz Campbell Marques 17/ 6 /2008		13. Mauro Campbell Marques		Art. 2º, §§ 3º e 6º, do RISTJ – Sessões: 2ªs e 4ªs quartas-feiras do mês								Suplente (2017/2019)	
14. Benedito Gonçalves 17/ 9 /2008		14. Benedito Gonçalves		PRIMEIRA TURMA		TERCEIRA TURMA		QUINTA TURMA		Sebastião Reis Júnior			
15. Raul Araújo Filho 12/ 5 /2010		15. Raul Araújo		1. Napoleão Nunes Maia Filho Ingresso: 1º/7/2011		1. Nancy Andrichi Ingresso: 25/8/2016		1. Felix Fischer Ingresso: 2/9/2014		Suplente (2017/2019)			
16. Paulo de Tarso Vieira Sanseverino 10/ 8 /2010				2. Benedito Gonçalves Ingresso: 18/9/2008		2. Paulo de Tarso Sanseverino Ingresso: 11/8/2010		2. Jorge Mussi Ingresso: 2/10/2015		Art. 7º do RISTJ			
17. Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues 10/ 8 /2010				3. Sérgio Kukina Ingresso: 7/2/2013		3. Villas Bôas Cueva Ingresso: 14/6/2011		3. Reynaldo Soares da Fonseca* Ingresso: 27/5/2015		ENFAM			
18. Antonio Carlos Ferreira 13/ 6 /2011		Coord.: Vânia Maria Soares Rocha Art. 2º, § 2º, do RISTJ Sessões: 1ªs e 3ªs quartas-feiras do mês		4. Regina Helena Costa* Ingresso: 29/8/2014		4. Marco Aurélio Bellizze* Ingresso: 29/8/2014		4. Ribeiro Dantas Ingresso: 1º/10/2015		Maria Thereza de Assis Moura			
19. Ricardo Villas Bôas Cueva 13/ 6 /2011		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		5. Gurgel de Faria Ingresso: 1º/3/2016		5. Moura Ribeiro Ingresso: 29/8/2014		5. Joel Ilan Paciornik Ingresso: 7/4/2016		Diretora-Geral			
20. Sebastião Alves dos Reis Júnior 13/ 6 /2011				*Presidência: 5/5/2017 a 4/5/2019 Coord.: Bárbara Camunã		*Presidência: 25/8/2016 a 24/8/2018 Coord.: Maria Auxiliadora da Rocha		*Presidência: 27/5/2017 a 26/5/2019 Coord.: Marcelo Pereira Cruvinel		Biênio: (2016/2018)			
21. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi ³ 5/ 9 /2011				SEGUNDA TURMA		QUARTA TURMA		SEXTA TURMA		Og Fernandes			
22. Marco Aurélio Bellizze Oliveira 5/ 9 /2011				1. Francisco Falcão* Ingresso: 2/9/2016		1. Luis Felipe Salomão Ingresso: 18/6/2008		1. Maria Thereza de Assis Moura Ingresso: 9/8/2006		Vice-Diretor			
23. Assusete Dumont Reis Magalhães 21/ 8 /2012				2. Herman Benjamin Ingresso: 6/9/2006		2. Isabel Gallotti Ingresso: 11/8/2010		2. Sebastião Reis Júnior Ingresso: 14/6/2011		Biênio: 2017/2019			
24. Sérgio Luiz Kukina 6/ 2 /2013		Art. 5º do RISTJ		3. Og Fernandes Ingresso: 31/8/2016		3. Antonio Carlos Ferreira* Ingresso: 14/6/2011		3. Rogério Schietti Cruz Ingresso: 29/8/2013		Raul Araújo			
25. Paulo Dias de Moura Ribeiro 28/ 8 /2013				4. Mauro Campbell Marques Ingresso: 17/6/2008		4. Marco Buzzi Ingresso: 6/9/2011		4. Nefi Cordeiro* Ingresso: 4/4/2014		Diretor do CEJ/CJF			
26. Regina Helena Costa 28/ 8 /2013				5. Assusete Magalhães Ingresso: 19/2/2014		5. José Lázaro Alfredo Guimarães** Ingresso: 2/10/2017		5. Antonio Saldanha Palheiro Ingresso: 7/4/2016		Jorge Mussi			
27. Rogério Schietti Machado Cruz 28/ 8 /2013				*Presidência: 12/11/2017 a 11/11/2019 Coord.: Angela Valéria Dusi		*Presidência: 10/8/2017 a 9/8/2019 Coord.: Teresa Helena Basevi		*Presidência: 3/10/2017 a 2/10/2019 Coord.: Eliseu Augusto de Santana		Biênio: 2016/2018			
28. Nefi Cordeiro 3/ 4 /2014				Art. 2º, §§ 3º, 4º e 6º, do RISTJ – Sessões: terças-feiras e 1ªs e 3ªs quintas-feiras do mês								Art. 10 do RI/ENFAM	
29. Luiz Alberto Gurgel de Faria 9/ 9 /2014												TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	
30. Reynaldo Soares da Fonseca 26/ 5 /2015												Napoleão Nunes Maia Filho	
31. Marcelo Navarro Ribeiro Dantas 30/ 9 /2015												Corregedor-Geral	
32. Antonio Saldanha Palheiro 6/ 4 /2016												Biênio: 2016/2018	
33. Joel Ilan Paciornik 6/ 4 /2016												Jorge Mussi	
¹ Corregedor Nacional de Justiça ² Diretor da Revista ³ Ministro Ouvidor												Efetivo (2017/2019)	
Art. 2º, § 1º, do RISTJ Presidência: 1º/9/2016 a 1º/9/2018												Og Fernandes	
												Substituto (2016/2018)	
												Luis Felipe Salomão	
												Substituto (2017/2019)	
												Art. 10, III, do RISTJ	
COMISSÕES PERMANENTES – Arts. 40 e 41 do RISTJ													
REGIMENTO INTERNO		JURISPRUDÊNCIA		DOCUMENTAÇÃO		COORDENAÇÃO		GESTORA DE PRECEDENTES					
Luis Felipe Salomão (Presidente) Sérgio Kukina Vago Reynaldo Soares da Fonseca (Suplente)		Felix Fischer (Presidente) Benedito Gonçalves Villas Bôas Cueva Sebastião Reis Júnior Marco Aurélio Bellizze Gurgel de Faria		Og Fernandes (Presidente) Isabel Gallotti Antonio Carlos Ferreira Antonio Saldanha Palheiro (Suplente)		Marco Buzzi (Presidente) Regina Helena Costa Nefi Cordeiro Ribeiro Dantas (Suplente)		Paulo de Tarso Sanseverino (Presidente) Assusete Magalhães Rogério Schietti Cruz Moura Ribeiro (Suplente)					



Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica
Coordenadoria de Gestão da Informação

RELATÓRIO ESTATÍSTICO

Brasília
2017



Sumário

1. Composição do Superior Tribunal de Justiça.....	02
2. Apresentação.....	04
3. Movimentação processual por ministros	08
4. Gráfico – Processos tramitando	09
5. Recursos repetitivos	10
6. Maiores demandantes.....	11
7. Metas nacionais do poder judiciário – Metas 1 e 2	12
8. Metas nacionais do poder judiciário – Metas 4, 6 e 7	13
9. Processos recebidos e distribuídos	14
10. Processos distribuídos e registrados por Unidade da Federação	15
11. Processos registrados – ministro presidente	16
12. Decisões e despachos proferidos pelos ministros presidente e vice-presidente	17
13. Gráfico de processos distribuídos e julgados nas seções e respectivas turmas.....	18
14. Gráfico de processos distribuídos e julgados por classes de feitos	19
15. Gráfico de processos distribuídos, julgados e acórdãos publicados.....	20
16. Julgados por Teor.....	21
17. Processos distribuídos, julgados, e pendentes de 1º julgamento no período de 7/4/1989 a 31/12/2017	22
18. Gráfico - Processos distribuídos, julgados - a partir de 2008.....	23
19. Petições e recursos protocolizados	24
20. Relatório sucinto - Atividades Jurisdicionais do STJ 2/1/2017 a 31/12/2017	25
21. Glossário.....	26

Apresentação

Em consonância com o Artigo 21, inciso XXIX, e o 117 Regimento Interno desta Corte, o presente Relatório Estatístico, publicado anualmente, divulga os dados quantitativos sobre o trâmite processual e a atividade judicante no Superior Tribunal de Justiça. O relatório analítico apresentado a seguir visa proporcionar ao leitor uma compreensão geral das principais informações estatísticas do Tribunal.

Os processos recebidos no STJ

Em 2017 o STJ recebeu 332.284 processos novos originários e recursais, aproximando a demanda do ano anterior de 335.825 processos. Nos últimos quatro anos, a quantidade de processos recebidos se manteve em torno 330 mil processos por ano, delimitando um período de maior nível de demanda no histórico do STJ (Figura 1a), que supera o volume de 2007, quando houve maior quantidade de causas de bancos, operadoras de telefonia, INSS e outras e também de 2011, que acumulou processos que dependiam da implantação da digitalização no Tribunal e os processos de AREsp, criados à época. A média de processos recebidos do período anterior do histórico, de 2006 a 2013, aproxima 274 mil processos, valor 20,7% menor que o do período de 2014 a 2017, como mostra a figura.

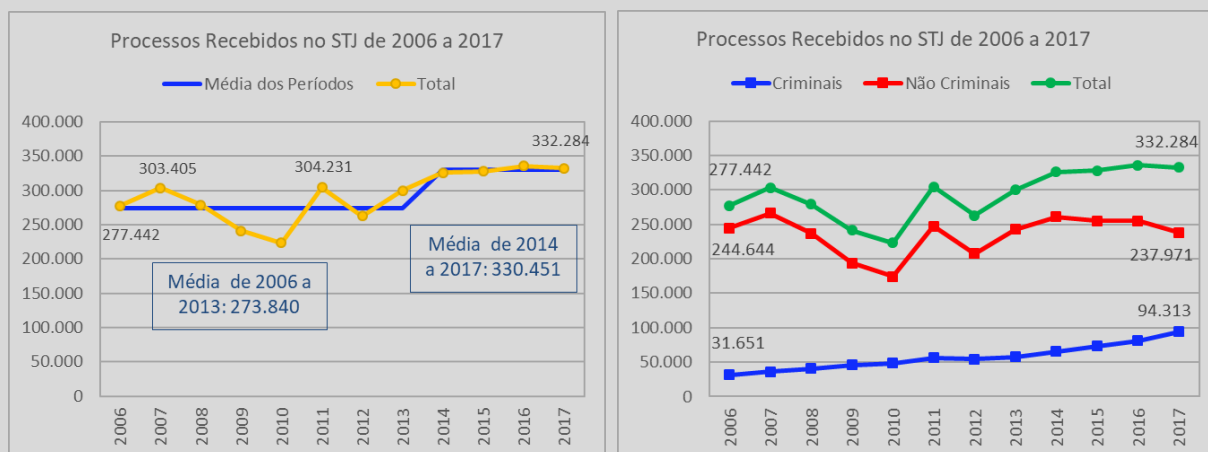


Figura 1. (a) À direita os processos recebidos no STJ de 2006 a 2017; (b) à esquerda os processos criminais e não criminais recebidos no STJ no período.

Conforme analisado no Boletim Estatístico de outubro e de novembro, o volume de processos novos tem seguido a quantidade crescente de casos criminais (Figura 1b) e também os movimentos de demanda específicos dos estados que mais enviam processos para o Tribunal, como do estado de São Paulo e dos estados da Região Sul. A Figura 2 ilustra o histórico de processos recebidos de cada unidade da federação dispostas em ordem decrescente de maior demanda desde 2012.

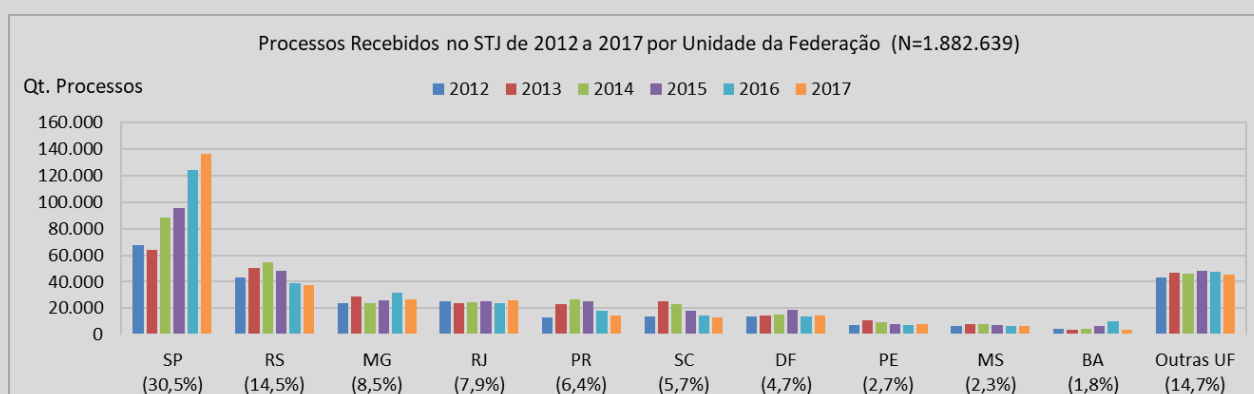


Figura 2. Processos recebidos no STJ das unidades da federação de 2012 a 2017.

Os processos distribuídos e registrados

Foram distribuídos no STJ 327.129 processos em 2017, valor equivalente a 27.261 processos por mês e 9.913 processos por ministro¹ em média no período. Desse volume, 69,4% (227.075) foram distribuídos aos ministros e 30,6% (100.054) foram registrados à Presidência do STJ e às Presidências dos órgãos julgadores do Tribunal. Os processos registrados à Presidência do STJ² foram 99.843 (30,5% do total). Conforme analisado no Boletim Estatístico de outubro, esses processos registrados têm se mantido acima de 30% desde 2015, período após a triagem dos AREsp para a Presidência do Tribunal, quando foi reduzida a distribuição para a terceira e quarta turmas e também, embora em menor quantidade, para a primeira e segunda turmas. Os processos distribuídos para a quinta e sexta turmas acompanham o crescimento do volume de processos criminais recebidos. A Figura 3 ilustra essas mudanças pela média anual dos processos distribuídos e registrados para a Presidência, Seções, Turmas e Corte Especial nos períodos antes e depois de 2015.

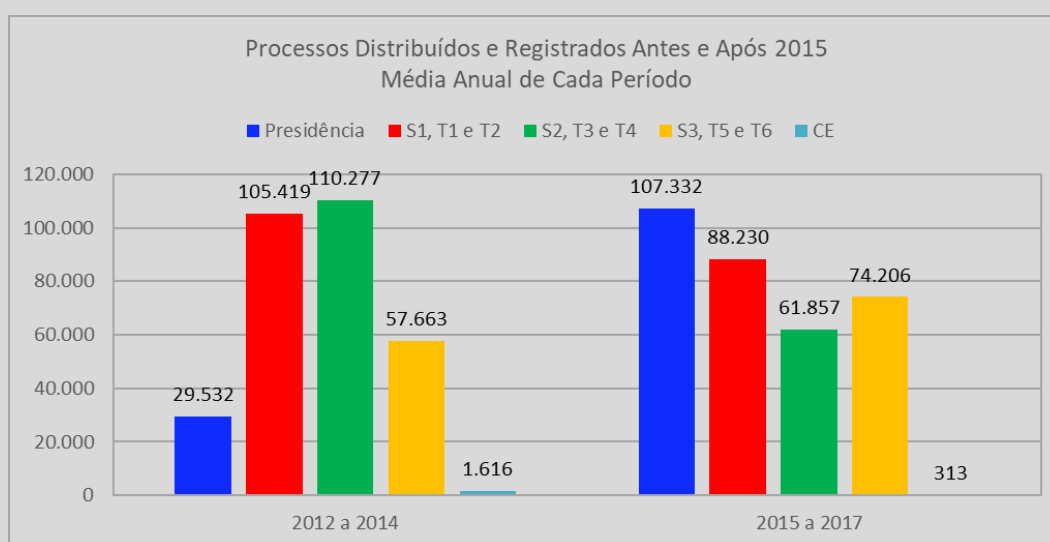


Figura 3. Processos registrados e registrados para as Turmas, Seções, Corte Especial e Presidência do STJ².

Os julgados do Tribunal

Em 2017 foram proferidas no STJ 490.473 decisões terminativas, o que aproxima meio milhão de julgados e é o maior valor do histórico do STJ. Nessa apuração estão inclusas 97.510 decisões em recursos internos de Agravos Internos, Agravos Regimentais e Embargos de Declaração. Esse total de decisões equivale a 40.873 julgados por mês, sendo 8.126 em recursos internos, em média.

A Figura 4a mostra a evolução da quantidade de julgados nos últimos anos comparando cada ano desde 2013, chegando-se em 2017 aos maiores valores do período. Nessa tendência de crescimento se destaca o incremento no período do ano de 2014 para 2015 (71.438 decisões, sendo 19.116 em recursos internos), quando foi ampliado o trabalho de triagem de processos aos AREsp. Entre as decisões terminativas, também se destacam aquelas da Presidência do Tribunal, que evoluem de 18.306 decisões em 2013 para 86.231 em 2017³ (Figura 4b). Com a quantidade de julgados bastante superior à de processos distribuídos (20,1%, ou 65.834 decisões a mais), a apuração da meta 1 das Metas Nacionais do Poder Judiciário (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano

¹ Considerados 33 ministros.

² Incluem-se aqueles registrados ao ministro responsável pelo NURER da segunda seção e presidente da comissão gestora de precedentes.

³ Inclusive os julgados do ministro responsável pelo NURER da segunda seção.

corrente) atinge percentual de cumprimento de 120,3%, após a exclusão de casos que não se devem à meta.

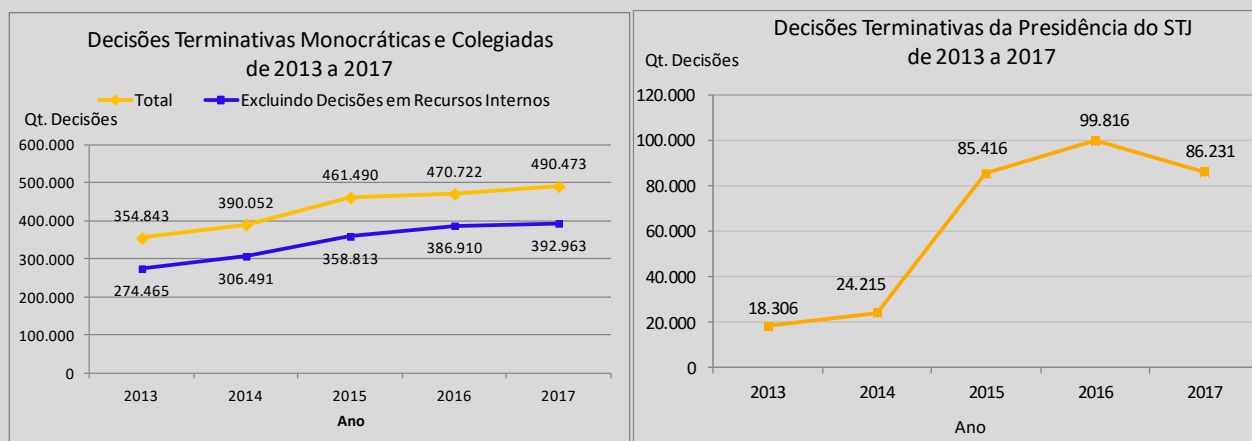


Figura 4. (a) À esquerda as decisões terminativas desde 2013; (b) à direita as decisões terminativas da Presidência do STJ desde 2013.

Os recursos internos protocolados

Das decisões do STJ proferidas até dezembro de 2017, foram protocoladas em 2017 107.612 petições de recursos internos, entre Agravos Internos, Agravos Regimentais, Embargos de Declaração e Embargos de Divergência. Esse volume equivale a 8.968 petições protocoladas desses recursos mensalmente no Tribunal, resultando um valor médio de 272 recursos internos por ministro⁴ a cada mês. A Figura 5a mostra a taxa de recorribilidade no STJ em tendência de redução nos últimos anos, devido ao aumento da quantidade de decisões terminativas que não é acompanhado pelo protocolo de recursos internos. Essas informações são evidências estatísticas contra a hipótese de aumento da recorribilidade após a triagem de processos.

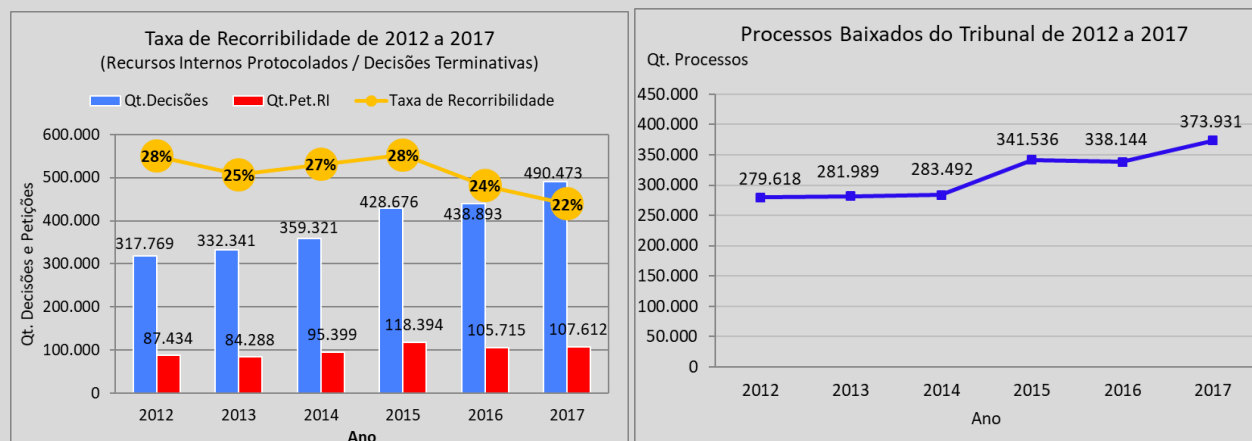


Figura 5. (a) À esquerda a taxa de recorribilidade no STJ de 2012 a 2017; (b) à direita os processos baixados no período de 2012 a 2017.

Entre as petições protocoladas nos processos do acervo do Tribunal em 2017 destacam-se exibindo maior volume aquelas de Parecer do MPF e Ciência pelo MPF que, somadas, aumentaram 105,3% desde 2012, variando de 12.287 petições protocoladas por mês em 2012 para 25.181 dessas petições em 2017.

⁴ Consideram-se 33 ministros.

Os processos baixados

O Tribunal baixou⁵ 373.931 processos desde janeiro de 2017, quantidade equivalente a uma média de 31.161 processos baixados por mês, ou 1.416 processos baixados por dia útil⁶. Também, essa é a maior quantidade de processos baixados do histórico do STJ – ver Figura 5b para os valores desde 2012. A tendência crescente da quantidade de processos baixados acompanha o volume de julgados (Figura 4a), mudando igualmente de padrão a partir de 2015, devido à triagem dos processos de AREsp, e atingindo o seu maior valor em 2017.

O acervo de processos

O STJ finalizou o mês de dezembro com um acervo de 332.330 processos, reduzindo em 11,3%, ou 42.402 processos, em relação à quantidade de processos do início de 2017 (374.732). Do acervo atual, aproximadamente 90% dos processos se concentram em quatro classes processuais: 42,8% são AREsp; 36,5%, REsp; 7,7%, HC; e 2,7%, RHC. Quanto ao tempo que tramitam no STJ, 7,9% (26.385) foram protocolados até 2012; 25,0% (83.254), entre 2013 e 2015; e 67,0% (222.691), após 2016. A Figura 6 mostra esses percentuais para cada órgão julgador, dispostos em ordem crescente de percentual de processos mais novos. A Figura 7 ilustra a movimentação processual do período de janeiro a dezembro de 2017 com um esquema simplificado.

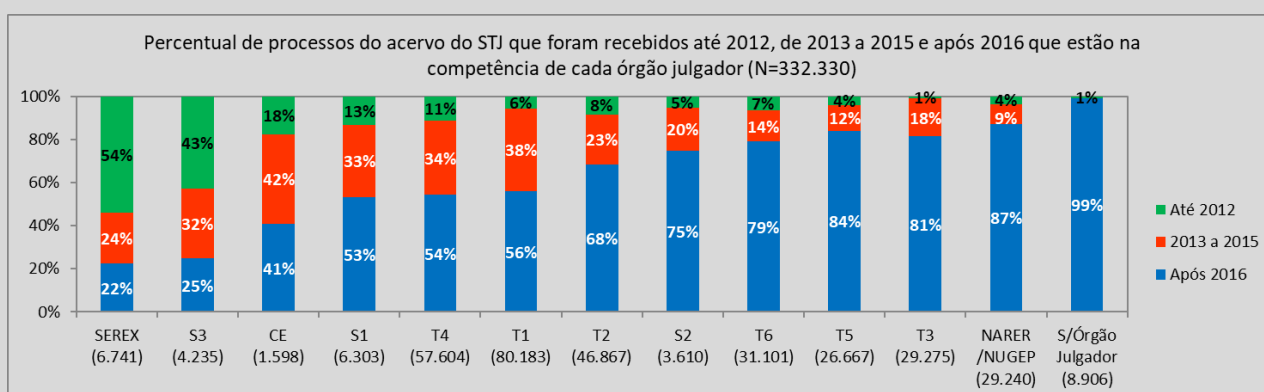


Figura 6. Processos do acervo do STJ de acordo com a época de recebimento para cada órgão julgador. Indicados também os locais de processamento SEREX e NARER/NUGEP.

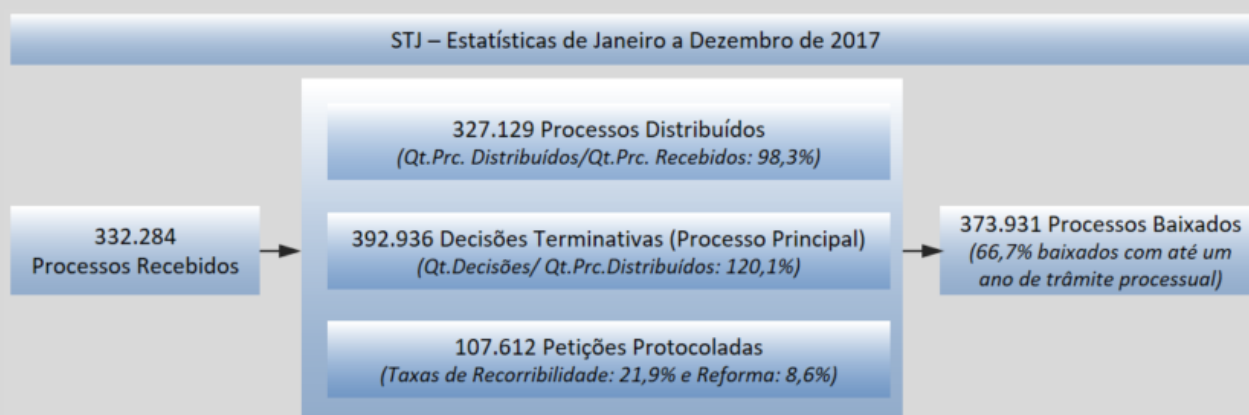


Figura 7: Esquema simplificado da movimentação processual do STJ em 2017. Petições protocoladas de AgRg; AgInt; EDcl e EDv.

⁵ Os processos arquivados, que são originários do STJ, são contados junto aos processos baixados.

⁶ Consideram-se 22 dias úteis por mês no período.

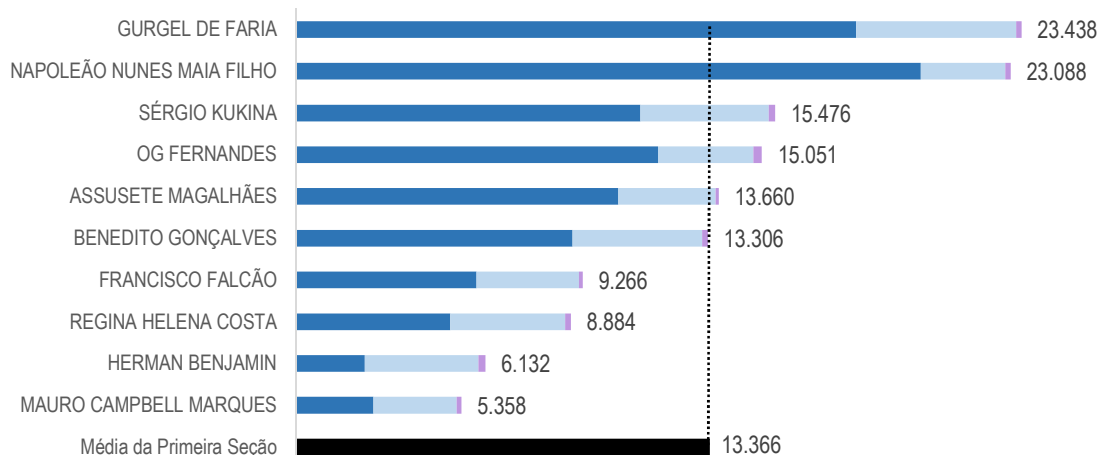
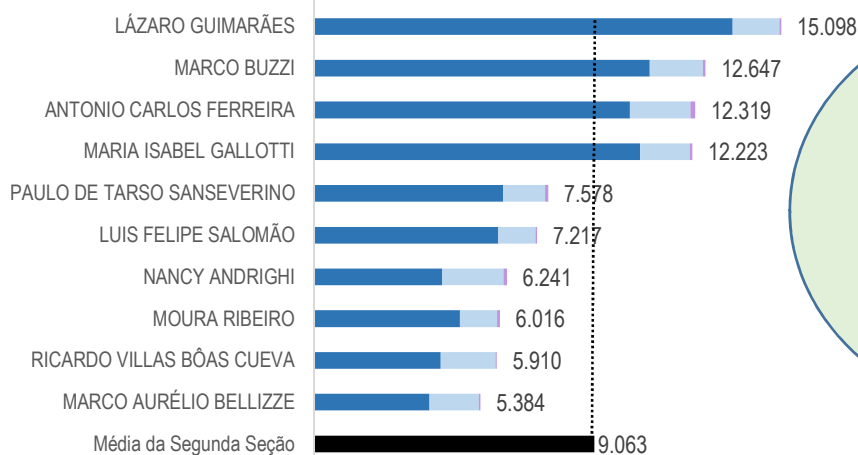
Movimentação Processual - janeiro a dezembro de 2017

Relatores	Distribuição						Decisões							Vistas		Publicações		Processos Baixados / Arquivados	
	Atribuídos (A)	Distribuídos (B)	Redistribuídos (C)	Baixas (10)			Total (A+B+C+D+E+F)	Terminativas				Não Terminativas		Total	Pedido de Vista	Voto Vista	Acórdãos		Decisões monocráticas terminativas
				BA (D)	BR (E)	CD (F)		Processo Principal	Recursos Internos			Liminares	Interlocutórias						
									AgInt	AgRg	EDcl								
Ministra Presidente		99.653			25.200	108	74.345	82.068	411	22	3.367	7.821	2.474	96.163		1	122	98.551	69.004
Ministro Vice-Presidente								67	893	400	479	3	186	2.028				7.479	6.185
Felix Fischer	4	8.558	576		47	4	9.087	9.638	110	1.029	316	3.895	308	15.296	51	11	3.415	11.899	9.310
Francisco Falcão	66	8.553	1.894		252	6	10.255	8.417	2.432	29	540	20	545	11.983	5	1	2.653	9.219	7.005
Nancy Andrichi (5)	38	5.968	2.363		134	2	8.233	11.197	4.087	51	1.371	173	910	17.789	73	64	5.229	12.573	11.623
Laurita Vaz (1)								41				45		86	1		227		7
João Otávio de Noronha (4)								15	14	3	14		3	49	37	13	36	14	43
Humberto Martins (2)		14	84		5		93	39	2	1	7		3	52			2.264	99	190
Maria Thereza de Assis Moura		8.612	514		97		9.029	7.843	155	745	277	3.618	252	12.890	18	13	2.818	10.061	7.644
Herman Benjamin	1	8.277	1.822		121	1	9.978	13.133	1.175	65	1.261	25	423	16.082	100	31	9.176	2.139	7.183
Napoleão Nunes Maia Filho	2	8.359	1.886		29	3	10.215	12.558	1.729	892	1.160	88	416	16.843	55	51	2.892	14.224	12.156
Jorge Mussi	4	8.551	499		18	1	9.035	9.758	72	1.080	353	3.527	562	15.352	8	2	2.218	13.300	9.737
Og Fernandes	68	8.438	1.848		75	2	10.277	13.057	2.932	140	988	64	235	17.416	38	39	3.633	13.680	12.229
Luis Felipe Salomão	2	5.739	1.823		65	1	7.498	7.250	2.225	57	850	92	141	10.615	64	51	2.752	7.930	7.450
Mauro Campbell Marques (6)	2	8.341	1.858		233	4	9.964	9.939	2.621	49	1.238	40	462	14.349	51	44	3.398	10.954	9.532
Benedito Gonçalves		8.495	1.918		50	2	10.361	17.931	3.972	439	1.427	36	1.126	24.931	66	58	5.100	20.079	15.826
Raul Araújo (3)		3.901	1.293	3.001	85	5	2.103	5.600	1.762	159	674	116	246	8.557	30	40	1.891	7.323	7.617
Paulo de Tarso Sanseverino		5.611	1.895		63	5	7.438	8.977	2.704	74	769	223	348	13.095	27	13	2.782	9.701	9.237
Isabel Gallotti		5.572	1.937		54	4	7.451	7.912	2.270	362	830	128	67	11.569	37	25	2.510	9.551	8.284
Antonio Carlos Ferreira	1	5.920	1.867		170	2	7.616	8.974	2.413	235	828	201	75	12.726	38	31	2.829	10.163	9.074
Villas Bôas Cueva		5.686	1.842		91	7	7.430	8.086	2.614	256	1.034	142	28	12.160	49	29	3.058	8.989	7.639
Sebastião Reis Júnior	1	8.595	413		102	15	8.892	9.298	146	783	211	2.651	191	13.280	36	33	1.726	11.828	8.667
Marco Buzzi	1	5.897	1.945		56	1	7.786	9.732	2.077	775	988	172	135	13.879	48	37	2.333	11.414	9.402
Marco Aurélio Bellizze	7	5.689	1.861		89	1	7.467	6.745	2.271	122	758	268	121	10.285	16	10	2.295	8.023	6.557
Assusete Magalhães	11	8.402	1.815		71	8	10.149	12.032	2.783	246	956	49	125	16.191	19	9	3.072	13.094	11.855
Sérgio Kukina	2	8.433	1.847		152	6	10.124	12.515	2.271	174	1.123	53	135	16.271	39	48	3.115	13.392	10.972
Moura Ribeiro	3	5.668	1.852		96	5	7.422	6.968	2.024	353	573	197	120	10.235	49	31	2.080	8.100	7.568
Regina Helena Costa	7	8.403	1.807		82	2	10.133	13.415	4.055	229	1.615	50	163	19.527	28	23	4.762	15.044	11.800
Rogério Schietti Cruz	18	8.476	379		31	1	8.841	9.833	172	916	311	2.993	580	14.805	43	38	2.243	12.673	9.395
Nefi Cordeiro		8.572	432		16	1	8.987	11.784	213	1.055	258	3.242	116	16.668	33	24	2.289	14.434	11.084
Gurgel de Faria	4	8.609	1.746		56	3	10.300	14.192	3.435	171	889	80	165	18.932	25	21	3.409	14.963	15.228
Reynaldo Soares da Fonseca	7	8.599	344		34	3	8.913	9.218	66	986	362	4.067	221	14.920	12	2	4.045	10.967	9.615
Ribeiro Dantas	7	8.566	431		49	3	8.952	11.802	87	1.338	419	3.525	107	17.278	20	1	4.599	12.804	12.433
Antonio Saldanha Palheiro	14	8.498	401		17	3	8.893	9.695	163	959	246	3.875	145	15.083	14	12	2.029	12.949	9.505
Joel Ilan Paciornik	10	8.555	381		30	3	8.913	9.618	98	1.091	292	3.593	393	15.085	14		2.722	12.424	9.597
Lázaro Guimarães (7)	14.978	1.518	495		23	4	16.964	2.951	659	36	254	29	39	3.968	1	1	631	3.169	1.910
Ministro designado (8)		5			1	3	1	351	3		9		37	400				1.044	564
Presidente da Comissão Gestora de Precedentes (9)		185			145	1	39	7			1		2	10				2	9
Presidente da 1ª Seção		164				9	155	20	1			1	5	27			4		42
Presidente da 2ª Seção		4					4	15					7	22					13
Presidente da 3ª Seção		43				1	42	270	5	2	11			288			7		81
Presidente da 1ª Turma								1	1				1	3			1		1
Presidente da 2ª Turma																			1
Presidente da 3ª Turma													8	8					1
Presidente da 4ª Turma													2	2					
Ministros aposentados								1		2	2			5				3	656
Total	15.258	327.129	42.068	3.001	27.839	230	353.385	392.963	55.123	15.326	27.061	45.102	11.628	547.203	1.145	807	100.365	454.255	373.931

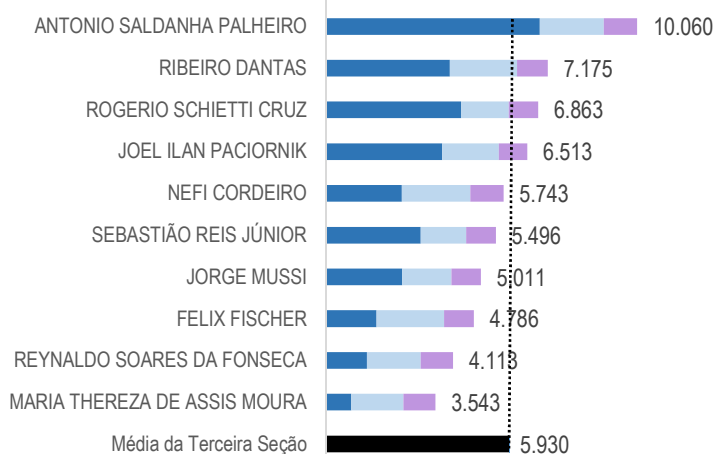
Fontes: Secretaria Judiciária; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros; NARER e STI (Sistema Justiça).

(1) Ministra Presidente do STJ. (2) Ministro Vice-Presidente do STJ. (3) Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal a partir de 21/9/2017. (4) Ministro Corregedor Nacional de Justiça. (5) Computadas 1.647 decisões monocráticas no período de 1/4/2017 a 31/5/2017 cujas minutas foram elaboradas pela Força Tarefa. (6) Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal até 20/9/2017. (7) Desembargador convocado do TRF 5ª Região a partir de 2/10/2017. (8) Estão computados os processos registrados e decisões proferidas pelo Ministro Paulo de Tarso Sanseverino no NARER conforme Portaria Nº 435 de 20/8/2014. (9) Estão computados os processos registrados ao Ministro Paulo de Tarso Sanseverino como Presidente da Comissão Gestora de Precedentes conforme Portaria Nº 475 de 11/11/2016. (10) BA - Baixados por Atribuição; BR - Baixados por Redistribuição; CD - Cancelamento de Distribuição.

Acervo de processos por relator em 31/12/2017

1ª
SEÇÃO2ª
SEÇÃO

O acervo representado neste gráfico totaliza 283.595 processos. Não constam os acervos da Presidência (29.304), Vice-presidência (6.787), Presidentes de órgãos julgadores (3.111) e de processos que estão aguardando atribuição/distribuição (9.533). Incluindo todas essas informações, o total em tramitação é de

3ª
SEÇÃO

Concluso Secretaria Outros Média da Seção

Fontes: Secretaria Judiciária; Secretaria de Órgãos Julgadores e STI (Sistema Justiça).

- Conclusos: Processos nos gabinetes de ministros.
- Secretaria: Processos na Secretaria Judiciária e Secretaria dos Órgãos Julgadores.
- Outros: Processos no Ministério Público, na Defensoria Pública, em diligência, etc.

Recursos repetitivos

- janeiro a dezembro de 2017 -

Temas	Temas repetitivos (CPC, Art. 1.037)				Controvérsias (CPC, Art. 1.036)		
	Afetados (aguardando julgamento)	Julgados	Acórdãos publicados	Revisados (5)	Aguardando manifestação	Canceladas	Afetadas ao repetitivo
Relatores							
Ministra Presidente							
Felix Fischer							
Francisco Falcão							
Nancy Andrighi					1	1	
Laurita Vaz (1)							
João Otávio de Noronha (4)							
Humberto Martins (2)							
Maria Thereza de Assis Moura							
Herman Benjamin	2	1	2		2		
Napoleão Nunes Maia Filho	1	3	2		2		1
Jorge Mussi							
Og Fernandes	3	8	8				3
Luis Felipe Salomão	5	3	3			1	2
Mauro Campbell Marques					1		
Benedito Gonçalves	2	2	1		1		2
Raul Araújo (3)		1	1			1	
Paulo de Tarso Sanseverino	5						
Isabel Gallotti					1		
Antonio Carlos Ferreira						1	
Villas Bôas Cueva		1	1				
Sebastião Reis Júnior	1					2	
Marco Buzzi		1	1			1	
Marco Aurélio Bellizze					1		
Assusete Magalhães	4					2	2
Sérgio Kukina	1						
Moura Ribeiro							
Regina Helena Costa						4	1
Rogério Schietti Cruz	2	2	2	1		1	
Nefi Cordeiro							
Gurgel de Faria	1				1	2	1
Reynaldo Soares da Fonseca							
Ribeiro Dantas						1	
Antonio Saldanha Palheiro							
Joel Ilan Paciornik							
Total	27	22	21	1	10	17	12

Fonte: Núcleo de Gerenciamento de Precedentes.

Notas: **Total de processos sobrestados na origem por temas do STJ: 1.057.326.**

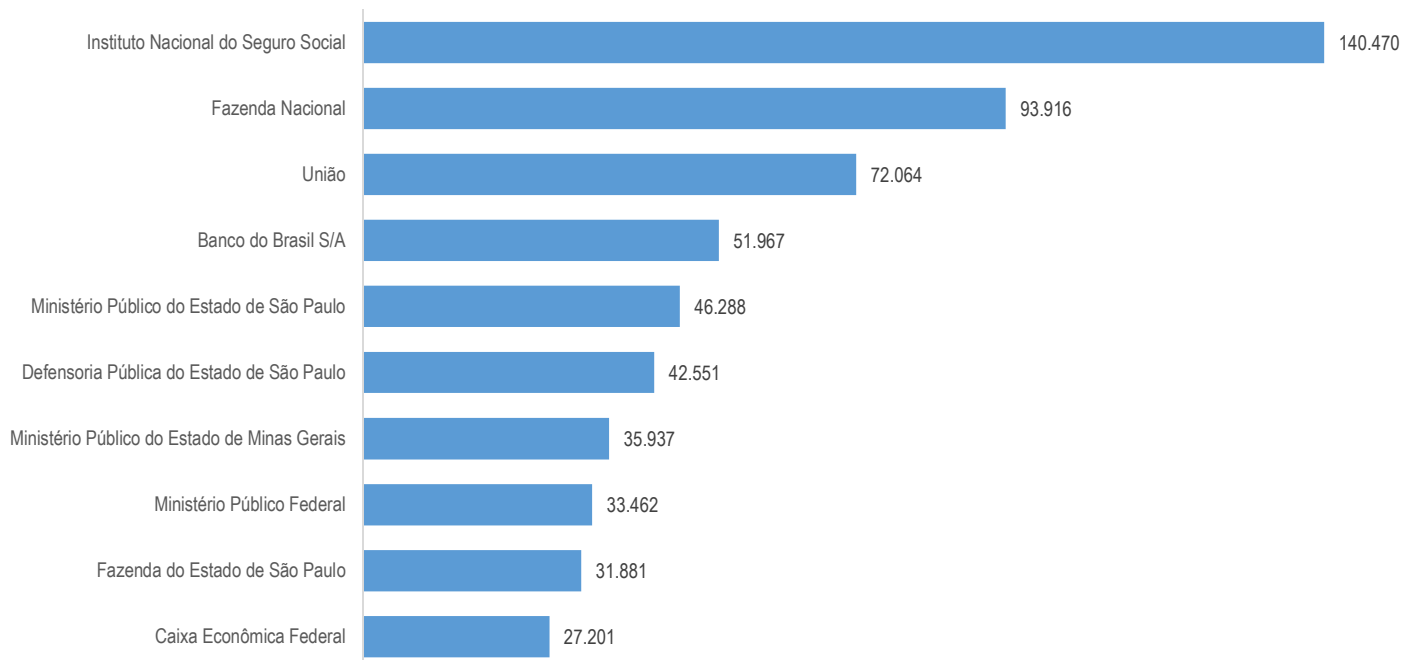
(Fonte: http://paineis.cnj.jus.br/QuAJAXZfc/opensoc.htm?document=qvw_I%2FPainelCNJ.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shDRGraficos)

Mais informações sobre recursos repetitivos e IAC consulte o link: http://www.stj.jus.br/repetitivos/temas_repetitivos/

(1) Ministra Presidente do STJ. (2) Ministro Vice-Presidente do STJ. (3) Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal. (4) Ministro Corregedor Nacional de Justiça. (5) Revisão de tema repetitivo. Art. 927, §§ 2º a 4º, do CPC/2015 e art. 256-S ao art. 256-V, do RISTJ.

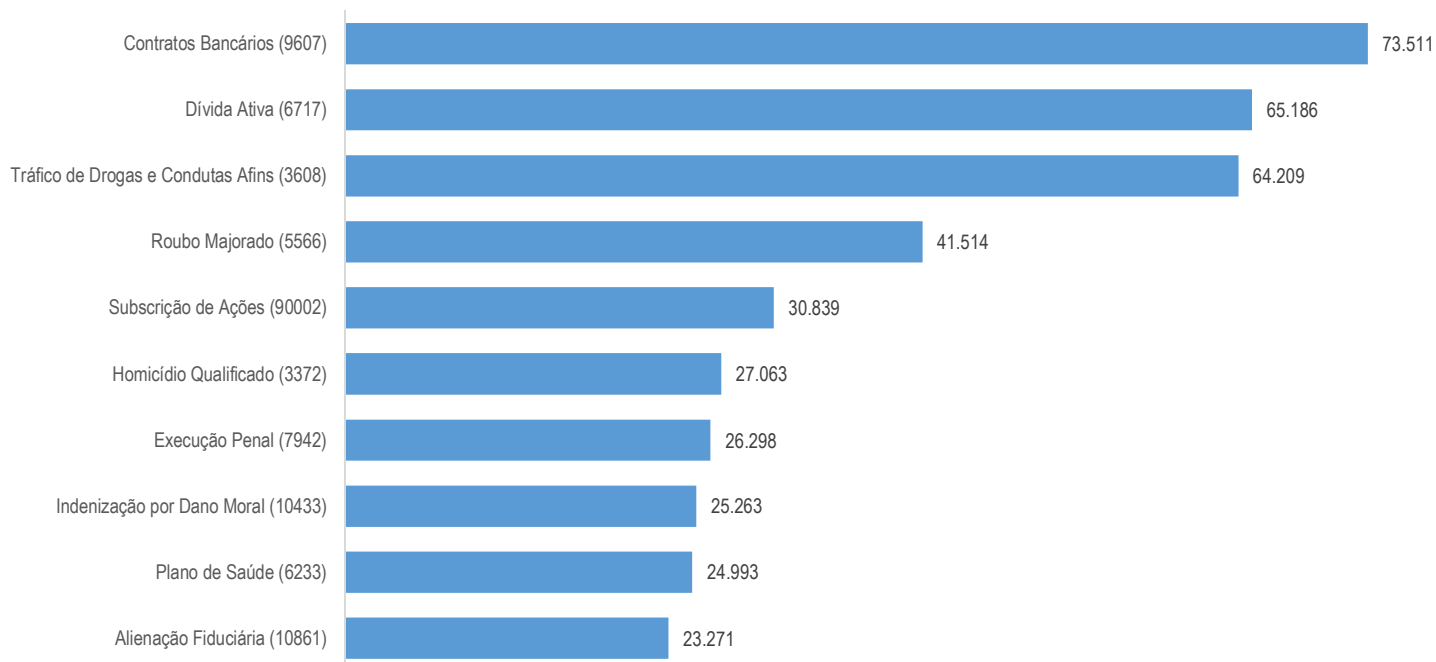
Maiores demandantes

Período: 31/12/2012 a 31/12/2017



Principais Assuntos

Período: 30/11/2012 a 30/11/2017



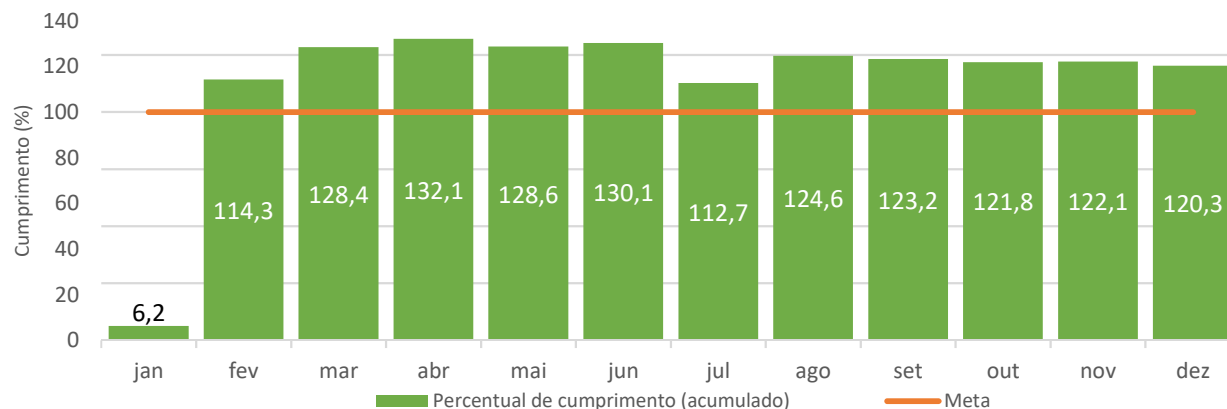
Fontes: Secretaria Judiciária e STI (Sistema Justiça).

Nota: Os números entre parênteses nos processos por assunto referem-se aos códigos do Sistema de Gestão de Tabelas Processuais Unificadas do Conselho Nacional de Justiça.

METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO (PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO ACUMULADO) - 2017

Meta 1

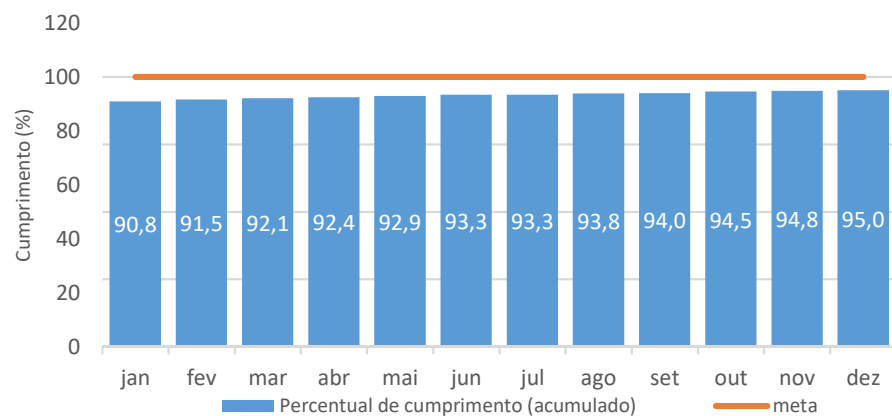
Julgar quantidade maior de processos de conhecimentos do que os distribuídos em 2017.



Meta cumprida quando
atingir 100% da escala

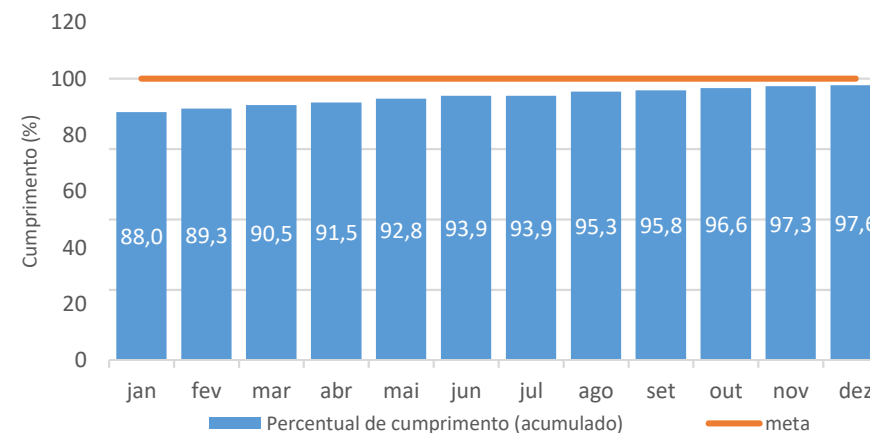
Meta 2 (processos até dez/2012)

Identificar e julgar, até 31/12/2017 pelo menos 99% dos processos distribuídos até 31/12/2012.



Meta 2 (processos de 2013)

Identificar e julgar, até 31/12/2017 pelo menos 90% dos processos distribuídos em 2013.

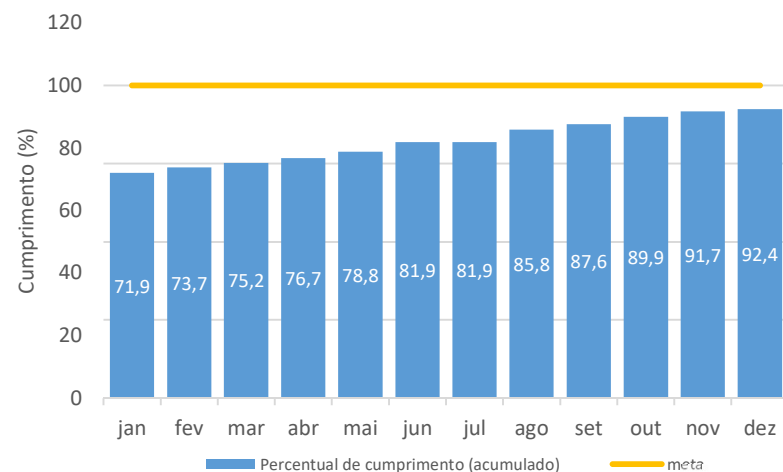


Fontes: Secretaria Judiciária; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros; NARER e STI (Sistema Justiça).

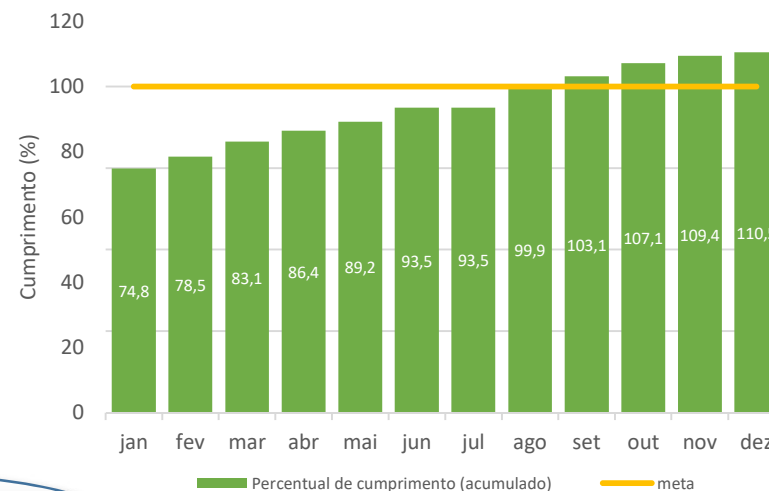
METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO (PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO ACUMULADO) - 2017

Meta 4 (Distribuídos até dez/2014)

Identificar e julgar até 31/12/2017 90% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31 de dezembro de 2014.

**Meta 4 (Distribuídos em 2015)**

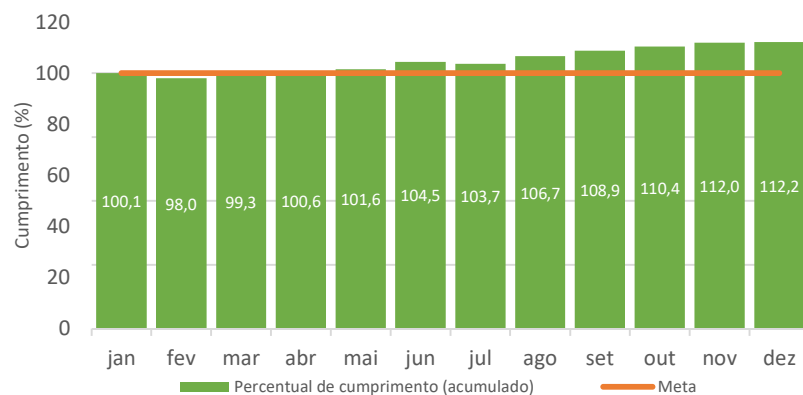
Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas em 2015.



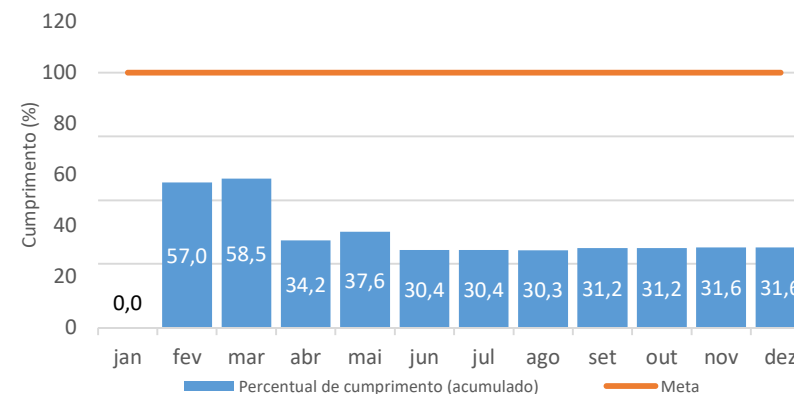
Meta cumprida quando atingir 100% da escala

Meta 6

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 60% dos recursos oriundos de ações coletivas distribuídos a partir de 01/01/2015.

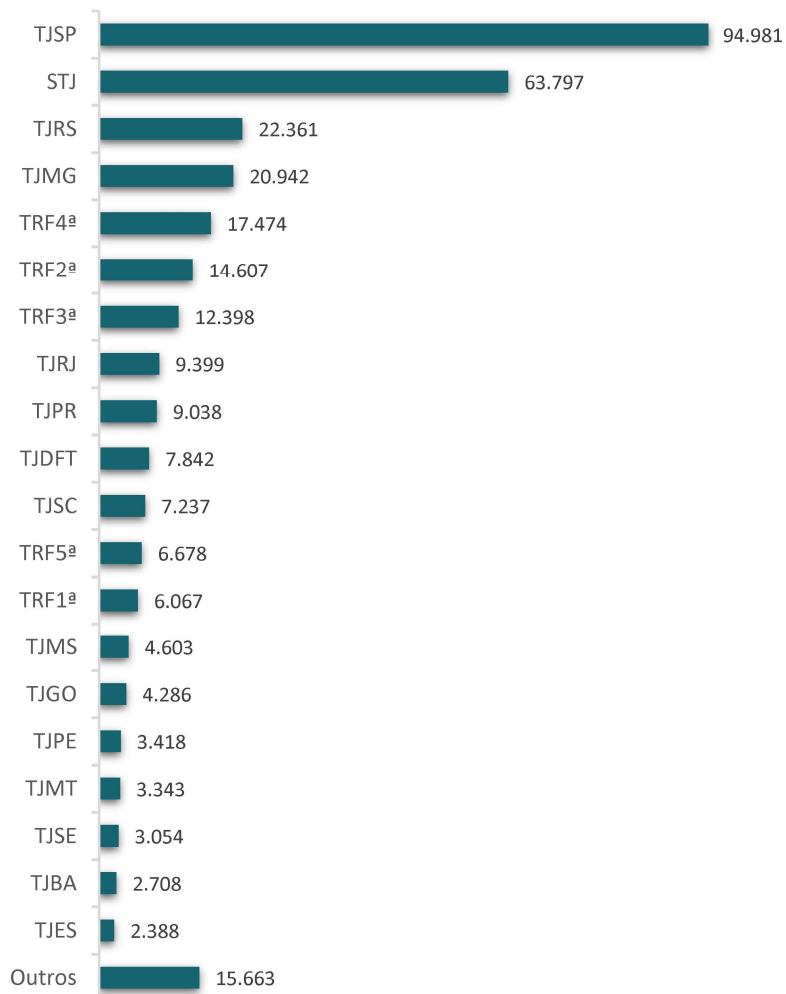
**Meta 7**

Garantir tempo médio de 180 dias da afetação à publicação do acórdão dos recursos repetitivos.



Processos recebidos, distribuídos e registrados - janeiro a dezembro de 2017

Processos recebidos originários(STJ) e recursais



TOTAL DE RECEBIDOS

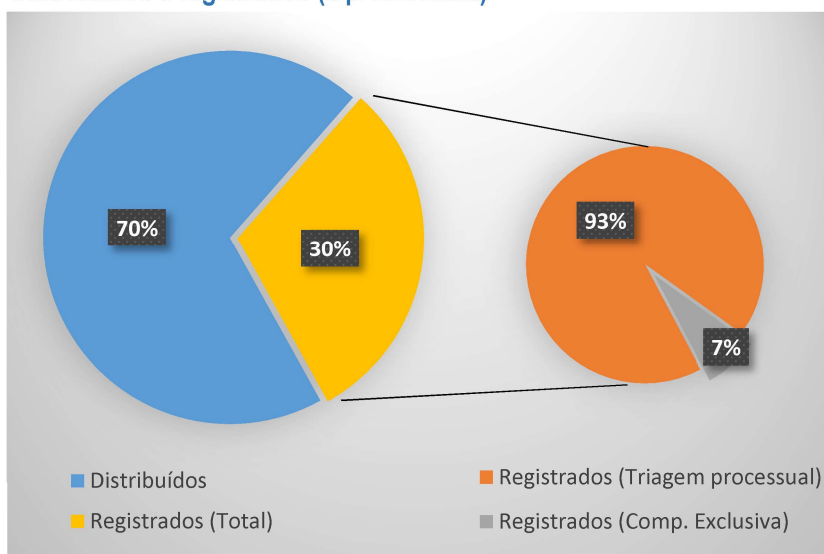
332.284

Processos recebidos por tipo de justiça

	%
Justiça Estadual	63,41
STJ	19,20
Justiça Federal	17,31
Justiça Especializada	0,08

Destaca-se o quantitativo de processos do TJSP que representa 28,58% dos processos recursais recebidos no período. Dos 94.981 processos do TJSP, 97% são Aresp e Resp. Outro destaque é para o assunto com maior volume de processos (Direito do Consumidor - Plano de Saúde) sendo que este não figura nem entre os 5 primeiros assuntos mais recorrentes nos outros tribunais. Os ramos direito administrativo, civil e do consumidor representa 72% dos processos recebidos do TJSP.

Distribuídos e registrados (a presidência)



Fontes: Secretaria Judiciária e STI (Sistema Justiça).

Processos distribuídos e registrados por unidades da federação

- 2017 -

Meses Unidades das Federações	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL	
													Quantidade	(%)
São Paulo	7.678	8.827	10.107	7.641	12.636	11.546	9.343	13.427	14.752	16.421	12.263	12.032	136.673	42,08
Rio Grande do Sul	1.400	3.172	3.490	2.372	4.475	3.870	2.880	3.188	3.473	3.625	2.473	2.296	36.714	11,30
Minas Gerais	1.942	2.134	2.494	1.903	2.796	2.328	2.489	2.341	2.556	2.200	1.887	1.660	26.730	8,23
Rio de Janeiro	1.535	2.638	2.432	1.391	1.964	2.125	2.201	2.517	2.165	2.965	2.294	1.634	25.861	7,96
Paraná	997	1.074	1.041	777	1.410	1.137	1.109	1.313	1.568	2.079	1.227	776	14.508	4,47
Santa Catarina	553	1.049	1.247	766	1.313	1.102	882	1.029	1.217	1.231	1.323	1.163	12.875	3,96
Distrito Federal	713	973	984	792	1.117	784	369	1.475	1.330	1.131	1.087	830	11.585	3,57
Pernambuco	971	820	857	474	656	695	489	530	418	631	532	400	7.473	2,30
Mato Grosso do Sul	264	486	432	363	547	584	443	606	694	796	729	615	6.559	2,02
Goiás	237	496	419	387	672	550	434	512	609	694	308	280	5.598	1,72
Espírito Santo	336	408	435	307	463	318	310	516	473	564	473	429	5.032	1,55
Mato Grosso	292	739	405	153	222	284	260	328	334	510	330	411	4.268	1,31
Bahia	272	303	297	280	342	278	381	562	307	397	263	234	3.916	1,21
Sergipe	144	279	361	190	341	292	330	378	454	464	306	226	3.765	1,16
Ceará	146	318	324	217	406	355	286	366	315	456	326	199	3.714	1,14
Maranhão	114	116	275	143	286	201	283	422	230	220	161	166	2.617	0,81
Rio Grande do Norte	150	233	184	143	238	199	159	252	199	270	181	122	2.330	0,72
Paraíba	90	171	235	139	181	173	136	300	219	342	190	136	2.312	0,71
Amazonas	104	199	213	119	204	150	117	140	181	219	226	230	2.102	0,65
Rondônia	160	113	161	75	186	197	173	182	171	248	143	151	1.960	0,60
Alagoas	58	138	137	123	252	253	100	197	110	109	196	187	1.860	0,57
Pará	63	106	118	112	133	219	133	150	140	217	294	174	1.859	0,57
Tocantins	29	140	169	155	186	149	82	204	137	213	150	130	1.744	0,54
Piauí	67	58	75	94	134	133	125	121	144	156	141	86	1.334	0,41
Acre	39	43	71	33	68	57	55	53	68	95	78	63	723	0,22
Amapá	27	33	34	20	30	30	23	30	31	38	26	24	346	0,11
Roraima	21	37	14	25	27	38	20	20	23	26	26	51	328	0,10
Subtotal	18.402	25.103	27.011	19.194	31.285	28.047	23.612	31.159	32.318	36.317	27.633	24.705	324.786	100,00
Outros Países	167	161	225	168	190	210	259	215	175	170	265	138	2.343	..
Total	18.569	25.264	27.236	19.362	31.475	28.257	23.871	31.374	32.493	36.487	27.898	24.843	327.129	..

Fontes: Secretaria Judiciária; STJ (Sistema Justiça).

Notas: Sinal convencional utilizado:

.. Não se aplica dado numérico.

No valor referente a "outros países" estão computadas as cartas rogatórias e as sentenças estrangeiras .

Processos registrados - 2017

Ministro presidente

Classes de feitos Meses	Ag	AIA	APn	AR	Ag/ RE	AREsp	CC	CR	EAg	EAREsp	Emb Exe	EREsp	Exe	Ex Imp	Ex Susp	HC	HDE	MC	MI	MS	Pet	Prc	PUIL	Rcl	REsp	RHC	RMS	RO	RPV	RvCr	SEC	SLS	SS	TP	Total
Janeiro	5			2		6.157	4	98		13		4				21	71			110	8			15	453					18		7	5	13	7.004
Fevereiro	13	1		9		6.356	24	86		19		1		1		40	75			132	6	16		81	680				280	26		11	4	16	7.877
Março	15			19		5.958	16	136		9		6		1		33	90			40	6			129	661		1		181	24		3	5	23	7.356
Abril	7	1		7		4.552	19	79		7		7		1		19	89		1	43	4	25		104	421				278	28		4	2	23	5.721
Mai	10			11		8.866	26	106	1	98		11	1		3	29	83		1	49	5	87		101	597				214	27		6	5	15	10.352
Junho	12			10		7.661	21	120		31		19	2		3	36	89			39	5	130		85	557		1		228	25		11	2	17	9.104
Julho	14			7		6.263	14	163		17		10				35	96			27	5	175		116	630				150	26		5	3	23	7.779
Agosto	15			18		7.238	22	107		13		10			1	87	109			37	3	2		107	906				81	34		4	9	24	8.827
Setembro	13			16		8.565	13	102		1		1			1	67	74			49	3			159	767		1		295	37		12	8	22	10.206
Outubro	8			9		10.597	19	69		62		42	1			84	100			32	1			91	919	1		1	40	43		13	5	24	12.161
Novembro	15		4	16		6.811	20	164		27		17				85	101			38	3	12		100	459		51		137	31		6	5	16	8.118
Dezembro	3			5		6.432	16	58		44		46			1	89	80			42	3	1		58	506	1	34	1	108	30		8	3	19	7.588
Total	130	2	4	129		85.456	214	1.288	1	341		174	4	3	9	625	1.057		2	638	52	448		1.146	7.556	2	88	2	1.992	349		90	56	235	102.093

Ministro vice-presidente

Classes de feitos Meses	Ag	AIA	APn	AR	Ag/ RE	AREsp	CC	CR	EAg	EAREsp	Emb Exe	EREsp	Exe	Ex Imp	Ex Susp	HC	HDE	MC	MI	MS	Pet	Prc	PUIL	Rcl	REsp	RHC	RMS	RO	RPV	RvCr	SEC	SLS	SS	TP	Total
Janeiro						42			1	2		2				6				5					17	6	4			1					86
Fevereiro	2				1	161	1			8		8				77				17				3	75	16	23								392
Março	6			1	37	185	2		1	11		17				113		1		33	1			5	199	15	21	2							650
Abril	12			3		176	1		1	14		13				52	1			6	2			3	100	11	31				1				427
Mai	1	1		1		326	6			12	1	11	2	1	1	143				23	2			1	177	40	41				1			1	792
Junho	32			5		193	3			20	2	18				114	1			13				4	217	17	46	1			1				687
Julho				1		131	1			6		7			1	6				10	5				35	12	5					1			221
Agosto	4	1		1	2	208	2			13		14				78		1		21			1	6	95	14	22								483
Setembro	5			2		243	3			10	1	10				106	1			22	1			1	116	20	18							1	560
Outubro	2					278	4			12		7				101				31	1		1	2	156	28	22				1				646
Novembro			1			205	6		2	13		18				51				12					98	15	26				2			1	450
Dezembro	3	1	3	1		186	3			10		9				99				9				6	83	24	18	1			1			1	458
Total	67	3	4	15	40	2.334	32		5	131	4	134	2	1	2	946	3	2		202	12		2	31	1.368	218	277	4		1	8			4	5.852

Fontes: Secretaria Judiciária e STI (Sistema Justiça).

Decisões e despachos proferidos pelos ministros presidente e vice-presidente - 2017

Ministro presidente

Classes de feitos	Ag	Ag/RE	AgInt	AgRg	AIA	APn	AR	ARE	AREsp	CC	Com	CR	EAg	EAREsp	EDcl	Emb	EResp	Ex Imp	Ex Susp	Exe	HC	HD	HDE	IDC	IF	IJ	Inq	MC	MI	MS	Pet	Prc	PUIL	Rcl	RE	Re Co Ap	REsp	RHC	RMS	RO	RPV	RvCr	Sd	SE	SEC	SLS	SS	TP	Total	
janeiro	8		203	8			5		1.015	163	2	4			495						2.407								130	14			79		5	68	500	23		1	20	1	3		11	5	66	5.236		
fevereiro	15		107	3	2	1	15	19	12.998	22		587		7	437		5		1		119		281		3		1		135	11	622		67	39		1.346	1	1	3	217	34	2	279	6	24	4	16	17.430		
março	17		124	9		1	20	7	6.932	15	2	388		7	324		8	1	3	3	78		171		2		3	1	56	9	48		158	41		736		1	1	433	30	2	229	15	14	5	25	9.919		
abril	1		66	1	1		10	5	4.648	13		202		9	225		7	3	2		67		129					1	1	49	2	55		121	6		561		1		97	19		95	1	9	5	27	6.439	
maio	16		103	4			13	4	7.330	29		330		5	359		3	2		3	66		313		1			2	50	6	23		122	21		552		2	2	494	58		237	14	10	10	16	10.200		
junho	9		117	4			10	1	8.213	24		324	1	21	450		9		1	1	56		249						46	6	16		128	7		724		1	6	187	46		126	8	13	2	18	10.824		
julho	9		46	1			9		158	298		4		2	11		2				4.136	1			1	1	2		1	44	4		155			31	1.024	25			6	6			9	5	136	6.127		
agosto	25		63	4			21	5	14.488	25		485	1	86	408		35	1	3	2	160		303						54	8	68		181	13		1.612			4	403	95		92	6	12	9	31	18.703		
setembro	11		169	14			18	4	7.879	11		238		18	439		9	1	2		123		343						55	4	79		188	423		772			1	157	73		136	10	11	7	26	11.221		
outubro	8		585	37			17	1	11.757	22		244		19	336	1	9		1	3	153		403				1		30	2	55		131	111		1.101		1	1	199	93		150	4	21	10	30	15.536		
novembro	17		387	24		3	16	2	7.015	16		342		28	340		13				144		266						39	2	23		119	25		700		49		122	83		88	9	18	7	21	9.918		
dezembro	3		937	12		1	7	1	5.578	42		209		68	301		50		1	1	995		213			1	1		49	8	10	1	101	22		504	57	51		102	33		40	5	10	6	35	9.455		
Total	139		2.907	121	3	6	161	49	88.011	680	4	3.357	2	270	4.125	1	150	8	14	13	8.504	1	2.671	1	7	1	8	4	2	737	76	999	1	1.550	708	5	8.707	1.582	155		18	2.412	590	11	1.475	78	162	75	447	131.008

Nota: No total estão computadas: 6.011 decisões e despachos do Ministro Humberto Martins, e também 1 decisão da Ministra Maria Thereza de Assis Moura proferidos no exercício da Presidência.

Ministro vice-presidente

Classes de feitos																																		Re															
Meses	Ag	Ag/RE	AgInt	AgRg	AIA	APn	AR	ARE	AREsp	CC	Com	CR	EAg	EAREsp	EDcl	Emb	EResp	Ex Imp	Ex Susp	Exe	HC	HD	HDE	IDC	IF	IJ	Inq	MC	MI	MS	Pet	Prc		Rcl	RE	Co Ap	REsp	RHC	RMS	RO	RPV	RvCr	Sd	SE	SEC	SLS	SS	TP	Total
janeiro																																		3														3	
fevereiro	1	1	81	52				144	22	1				2	82		6				2						1			21				1	629		14	2	5	114		1		1			1	1.184	
março	1	1	164	91				118	21	1				2	107		4				3								7				2	597		18	2	2	144									1.285	
abril			80	28		1		82	13	3			1	2	51		5			1	1						2		3	1			2	357		5	1	4	50									693	
maio	1		97	49		1		143	24					6	96		4	1		7							2		6	1			4	588		23	1	2	169		2		1					1.228	
junho	2		125	52				137	14	1				5	87		8	1		2							2		2				3	446		24		6	120		1							1.038	
julho															1																			1															2
agosto	4		100	47		4	2	165	23	1				7	97	1	10		1	6							2		2				2	975		66	2	7	99		4							1.627	
setembro	4	1	111	28		2		129	14						90		5			2									2					2.016		24		4	107		4		1					2.544	
outubro	3		99	46				126	22					5	124		1			10									4					2.072		48	1	10	137		3							2.711	
novembro	3	4	202	33		1		124	20					3	117		1			8						1		2						1.225		23		4	82		2							1.855	
dezembro	1		137	19		1		67	10					2	57					2									39	1			1	525		14		2	48		1					2		929	
Total	20	7	1.196	445		10	2	1.235	183	7			1	34	909	1	44		3	1	43						10			88	3			15	9.434		259	9	46	1.070			18		3			3	15.099

Nota: Consta uma decisão do Ministro Felix Fischer, proferida em Recurso Extraordinário.

Fontes: Assessoria Especial da Presidência; CREX; NURER; STI (Sistema Justiça).

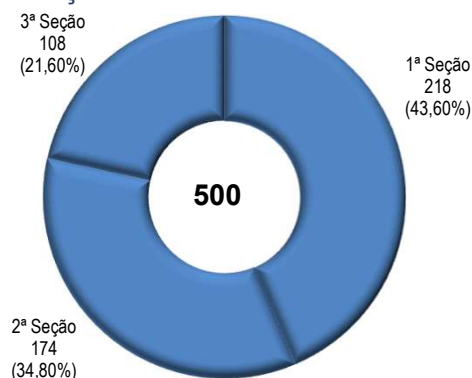
Total de decisões: 105.046 (presidente: 96.526 / vice-presidente: 8.520).

Total de despachos: 41.061 (presidente: 34.482 / vice-presidente: 6.579).

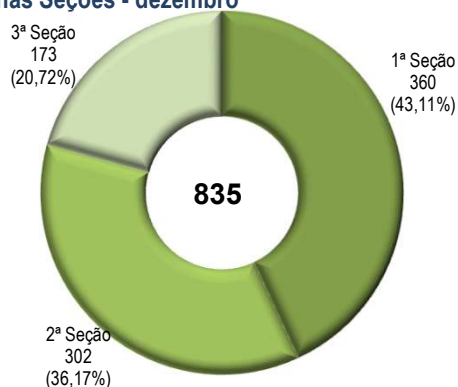
Cartas de Sentença extraídas: 1.070.

Distribuição e julgamento nas seções

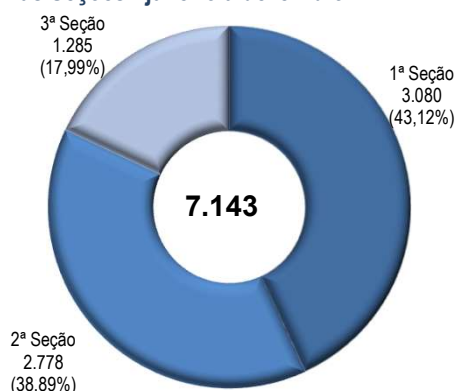
Distribuídos nas Seções - dezembro



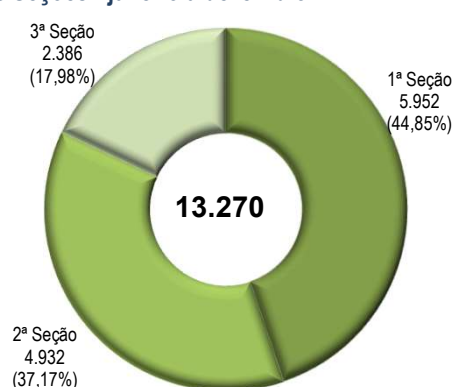
Julgados nas Seções - dezembro



Distribuídos nas Seções - janeiro a dezembro

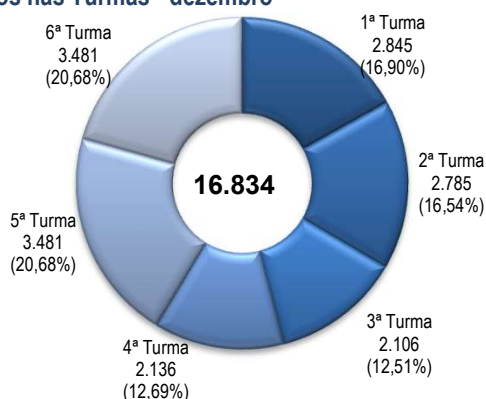


Julgados nas Seções - janeiro a dezembro

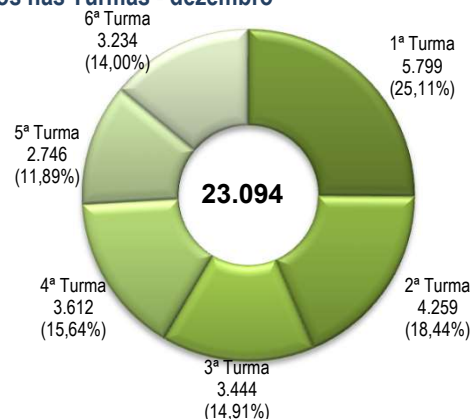


Distribuição e julgamento nas turmas

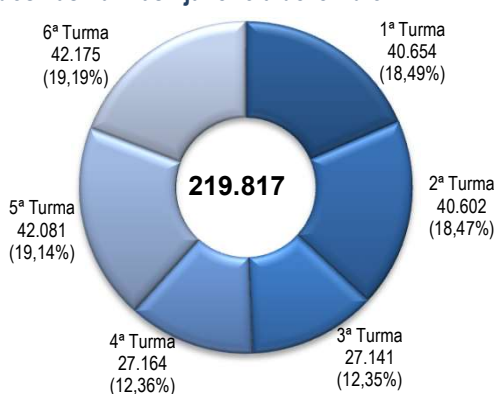
Distribuídos nas Turmas - dezembro



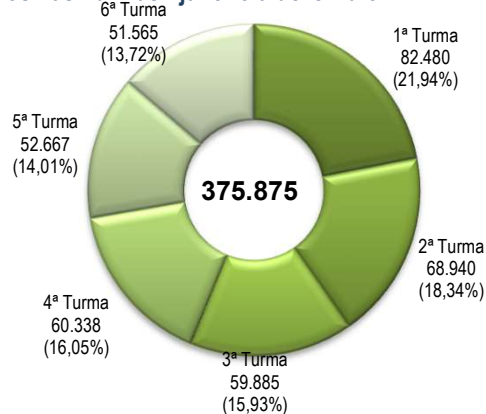
Julgados nas Turmas - dezembro



Distribuídos nas Turmas - janeiro a dezembro



Julgados nas Turmas - janeiro a dezembro



Fontes: Secretaria Judiciária; Coordenadorias: Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros; NARER e STI (Sistema Justiça).

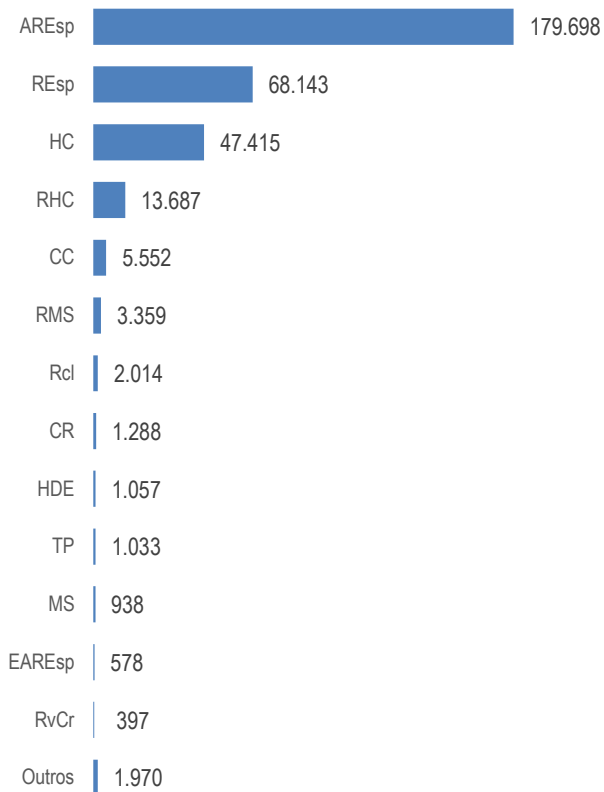
Nota: Nos processos julgados não estão incluídos:

No mês de dezembro: 3.920 Agravos Internos, 775 Agravos Regimentais e 1.729 Embargos de Declaração totalizando 6.424 feitos;

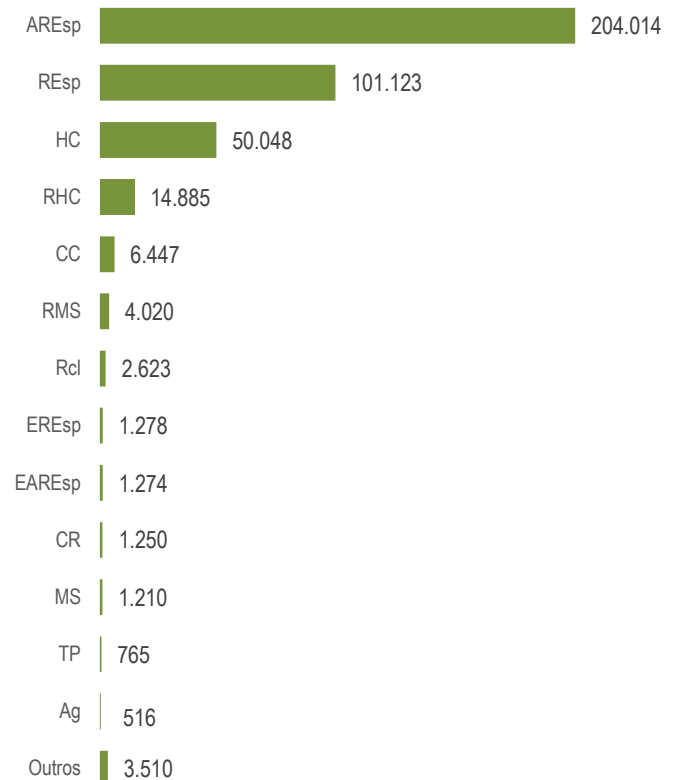
No período de janeiro a dezembro: 55.123 Agravos Internos, 15.326 Agravos Regimentais e 27.061 Embargos de Declaração totalizando 97.510 feitos.

Processos distribuídos e julgados - janeiro a dezembro de 2017

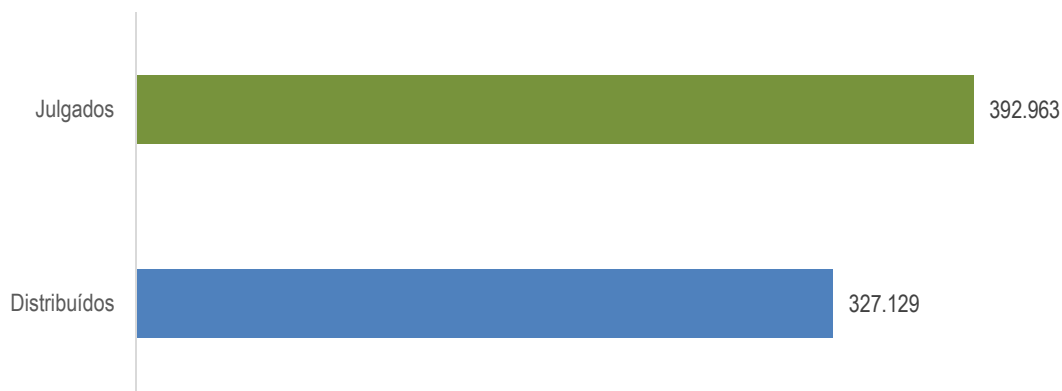
Distribuídos



Julgados



Processos distribuídos e julgados - janeiro a dezembro de 2017

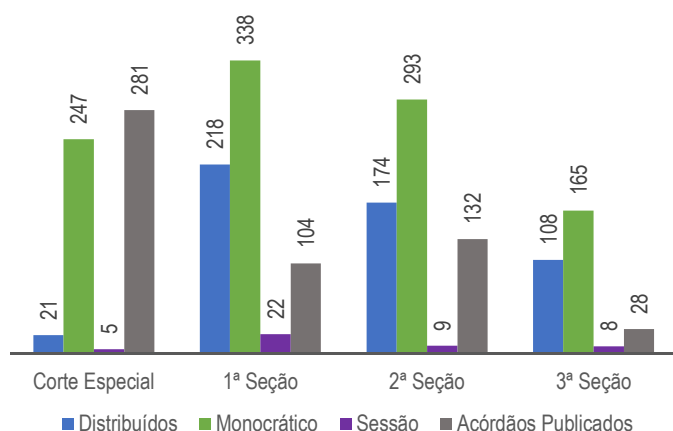


Fontes: Secretaria Judiciária; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros; NARER e STI (Sistema Justiça).

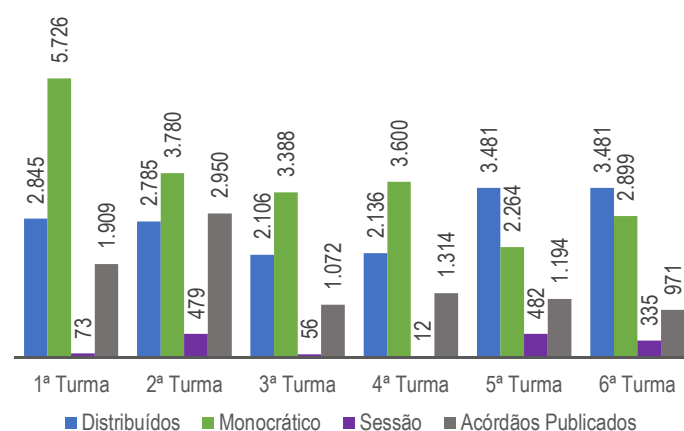
Nos processos julgados não estão incluídos 55.123 Agravos Internos, 15.326 Agravos Regimentais e 27.061 Embargos de Declaração, totalizando, 97.510 feitos no ano.

Processos distribuídos, registrados, julgados e acórdãos publicados - 2017

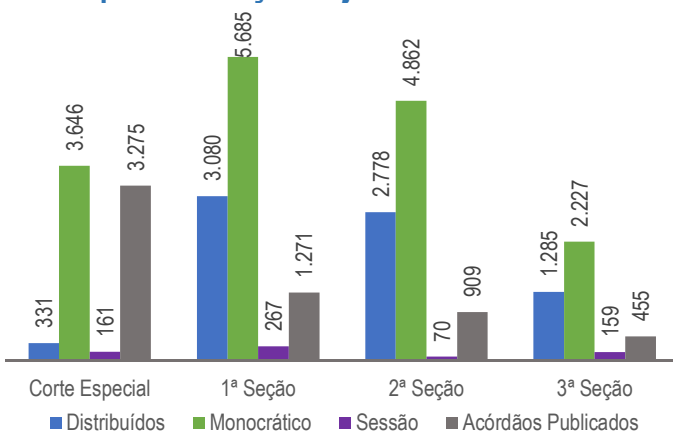
Corte Especial e Seções - dezembro



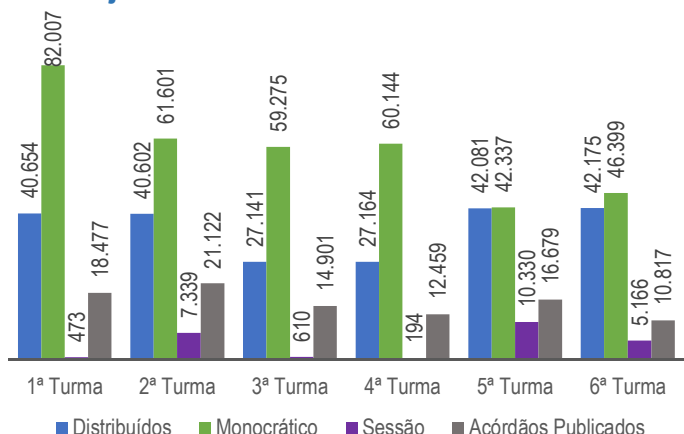
Turmas - dezembro



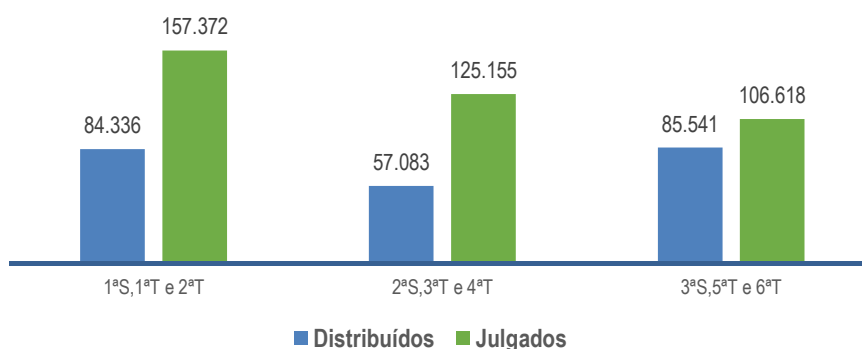
Corte Especial e Seções - janeiro a dezembro



Turmas - janeiro a dezembro



Processos distribuídos e julgados nas seções e respectivas turmas - janeiro a dezembro



Fontes: Secretaria Judiciária; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros; NARER e STI (Sistema Justiça).

Notas: Nos processos da Corte Especial estão incluídos os processos distribuídos e decididos monocraticamente referentes a processos registrados de competência exclusiva da ministra presidente processados no âmbito do referido órgão julgador.

Nos processos julgados não estão incluídos 3.920 Agravos Internos, 775 Agravos Regimentais e 1.729 Embargos de Declaração, totalizando 6.424 feitos no mês e 55.123 Agravos Internos, 15.326 Agravos Regimentais e 27.061 Embargos de Declaração, totalizando 97.510 feitos no ano.

Nos dados acima estão computados os acordãos dos recursos internos (AgInt, AgRg e Edcl)

Teor das decisões

- janeiro a dezembro de 2017 -

Classes de feitos	Concedendo		Não concedendo		Negando		Outros		Total
	QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%	
Processo principal									
Agravo em Recurso Especial (AREsp)	12.429	6,1%	123.204	60,4%	58.311	28,6%	10.070	4,9%	204.014
Recurso Especial (REsp)	34.202	33,8%	21.410	21,2%	34.236	33,9%	11.275	11,1%	101.123
Habeas corpus (HC)	12.805	25,6%	11.180	22,3%	25.319	50,6%	744	1,5%	50.048
Recurso em Habeas Corpus (RHC)	1.104	7,4%	1.907	12,8%	11.535	77,5%	339	2,3%	14.885
Conflito de Competência (CC)	188	2,9%	762	11,8%	138	2,1%	5.359	83,1%	6.447
Recurso em Mandado de Segurança (RMS)	261	6,5%	640	15,9%	2.944	73,2%	175	4,4%	4.020
Reclamação (Rcl)	420	16,0%	316	12,0%	1.261	48,1%	626	23,9%	2.623
Embargos de Divergência em Recurso Especial (EResp)	75	5,9%	81	6,3%	966	75,6%	156	12,2%	1.278
Embargos de Divergência em Agravo em Recurso Especial (EAREsp)	27	2,1%	220	17,3%	944	74,1%	83	6,5%	1.274
Carta Rogatória (CR)	1.020	81,6%	1	0,1%	5	0,4%	224	17,9%	1.250
Mandado de Segurança (MS)	398	32,9%	19	1,6%	559	46,2%	234	19,3%	1.210
Pedido de Tutela Provisória (TP)	123	16,1%	74	9,7%	417	54,5%	151	19,7%	765
Agravo de Instrumento (Ag)	66	12,8%	197	38,2%	144	27,9%	109	21,1%	516
Homologação de Decisão Estrangeira (HDE)	440	94,0%					28	6,0%	468
Medida Cautelar (MC)	12	2,6%	5	1,1%	372	79,5%	79	16,9%	468
Revisão Criminal (RvCr)	6	1,5%	38	9,8%	330	84,8%	15	3,9%	389
Sentença Extrangeira (SE)	342	91,4%			4	1,1%	28	7,5%	374
Petição (Pet)	47	13,2%	126	35,5%	138	38,9%	44	12,4%	355
Ação Recisória (AR)	37	12,0%	13	4,2%	177	57,5%	81	26,3%	308
Execuções (Exe)	44	14,9%			5	1,7%	247	83,4%	296
Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei (PUIL)	14	5,9%	54	22,6%	128	53,6%	43	18,0%	239
Inquérito (Inq)	3	2,6%	3	2,6%	5	4,3%	104	90,4%	115
Sentença Extrangeira Contestada (SEC)	62	73,8%	1	1,2%	16	19,0%	5	6,0%	84
Suspensão de Liminar e de Sentença (SLS)	9	11,1%	28	34,6%	30	37,0%	14	17,3%	81
Sindicância (Sd)					3	3,9%	73	96,1%	76
Ação Penal (APn)	14	26,9%	1	1,9%	14	26,9%	23	44,2%	52
Embargos de Execuções (EmbExe)	45	90,0%					5	10,0%	50
Suspensão de Segurança (SS)	5	12,2%	10	24,4%	20	48,8%	6	14,6%	41
Restituição de Coisas Apreendidas (ReCoAp)	12	35,3%	1	2,9%	8	23,5%	13	38,2%	34
Embargos de Divergência em Agravo de Instrumento (Eag)	3	13,0%	3	13,0%	16	69,6%	1	4,3%	23
Exceção de Suspeição (ExSusp)	1	7,1%	1	7,1%	5	35,7%	7	50,0%	14
Recurso Ordinário (RO)	1	9,1%	3	27,3%	4	36,4%	3	27,3%	11
Suspensão em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (SIRDR)	1	14,3%			5	71,4%	1	14,3%	7
Exceção de Impedimento (ExImp)					3	60,0%	2	40,0%	5
Habeas data (HD)					3	75,0%	1	25,0%	4
Ação de Improbidade Administrativa (AIA)			1	33,3%			2	66,7%	3
Intervenção Federal (IF)	1	33,3%			1	33,3%	1	33,3%	3
Cautelar Inominada Criminal (CaulnomCrim)							3	100,0%	3
Mandado de Injunção (MI)					3	100,0%			3
Representação (Rp)							2	100,0%	2
Interpelação Judicial (IJ)							1	100,0%	1
Ped. de Quebra de Sigilo de Dados(QuebSig)							1	100,0%	1
Total	64.217	16,3%	160.299	40,8%	138.069	35,1%	30.378	7,7%	392.963
Recursos internos									
Agravo Interno (AgInt)	4.091	7,4%	12.647	22,9%	36.457	66,1%	1.928	3,5%	55.123
Embargos de Declaração (EDcl)	3.394	12,5%	1.202	4,4%	20.585	76,1%	1.880	6,9%	27.061
Agravo Regimental (AgRg)	1.982	12,9%	2.277	14,9%	10.493	68,5%	574	3,7%	15.326
Total Geral	73.684	15,0%	176.425	36,0%	205.604	41,9%	34.760	7,1%	490.473

Fontes: Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros; NARER e STI (Sistema Justiça).

Processos distribuídos, julgados e pendentes de 1º julgamento

Período: 7/4/1989 a 31/12/2017

Processo Ano	Distribuídos (B)	Julgados						Pendentes	
		Processo principal (C)	AgInt (D)	AgRg (E)	EDcl (F)	Total de julgados (C+D+E+F)	Percentual em relação ao ano anterior	Valor absoluto (B-C)	(%) ((B-C) / B)
1989	6.103	3.550		90	71	3.711	...	2.553	41,83%
1990	14.087	10.829		507	406	11.742	216,41%	3.258	23,13%
1991	23.368	17.527		1.139	601	19.267	64,09%	5.841	25,00%
1992	33.872	28.673		1.926	829	31.428	63,12%	5.199	15,35%
1993	33.336	31.295		2.372	1.438	35.105	11,70%	2.041	6,12%
1994	38.670	39.034		2.378	1.620	43.032	22,58%	-364	-0,94%
1995	68.576	57.338		3.245	1.749	62.332	44,85%	11.238	16,39%
1996	77.032	71.122		4.263	2.244	77.629	24,54%	5.910	7,67%
1997	96.376	91.263		7.095	3.696	102.054	31,46%	5.113	5,31%
1998	92.107	85.694		10.591	5.182	101.467	-0,58%	6.413	6,96%
1999	118.977	116.024		7.441	4.577	128.042	26,19%	2.953	2,48%
2000	150.738	136.180		11.741	6.243	154.164	20,40%	14.558	9,66%
2001	184.478	179.364		13.952	5.297	198.613	28,83%	5.114	2,77%
2002	155.959	149.722		14.852	7.406	171.980	-13,41%	6.237	4,00%
2003	226.440	189.778		17.853	9.368	216.999	26,18%	36.662	16,19%
2004	215.411	203.041		27.164	11.104	241.309	11,20%	12.370	5,74%
2005	211.128	222.529		32.770	16.129	271.428	12,48%	-11.401	-5,40%
2006	251.020	222.245		26.346	13.752	262.343	-3,35%	28.775	11,46%
2007	313.364	277.810		35.864	16.583	330.257	25,89%	35.554	11,35%
2008	271.521	274.247		51.195	28.600	354.042	7,20%	-2.726	-1,00%
2009	292.103	254.955		48.437	25.326	328.718	-7,15%	37.148	12,72%
2010	228.981	248.625		55.904	25.754	330.283	0,48%	-19.644	-8,58%
2011	290.901	248.237		46.339	22.529	317.105	-3,99%	42.664	14,67%
2012	289.524	287.293		59.838	24.487	371.618	17,19%	2.231	0,77%
2013	309.677	274.465		56.483	23.895	354.843	-4,51%	35.212	11,37%
2014	314.316	306.491		59.915	23.646	390.052	9,92%	7.825	2,49%
2015	332.905	358.813		76.106	26.571	461.490	18,32%	-25.908	-7,78%
2016	335.779	386.910	26.282	34.551	22.979	470.722	2,00%	-51.131	-15,23%
2017	327.129	392.963	55.123	15.326	27.061	490.473		-65.834	-20,12%
Total	5.303.878	5.166.017	81.405	725.683	359.143	6.332.248	

Fontes: Secretaria Judiciária; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros; NARER e STI (Sistema Justiça).

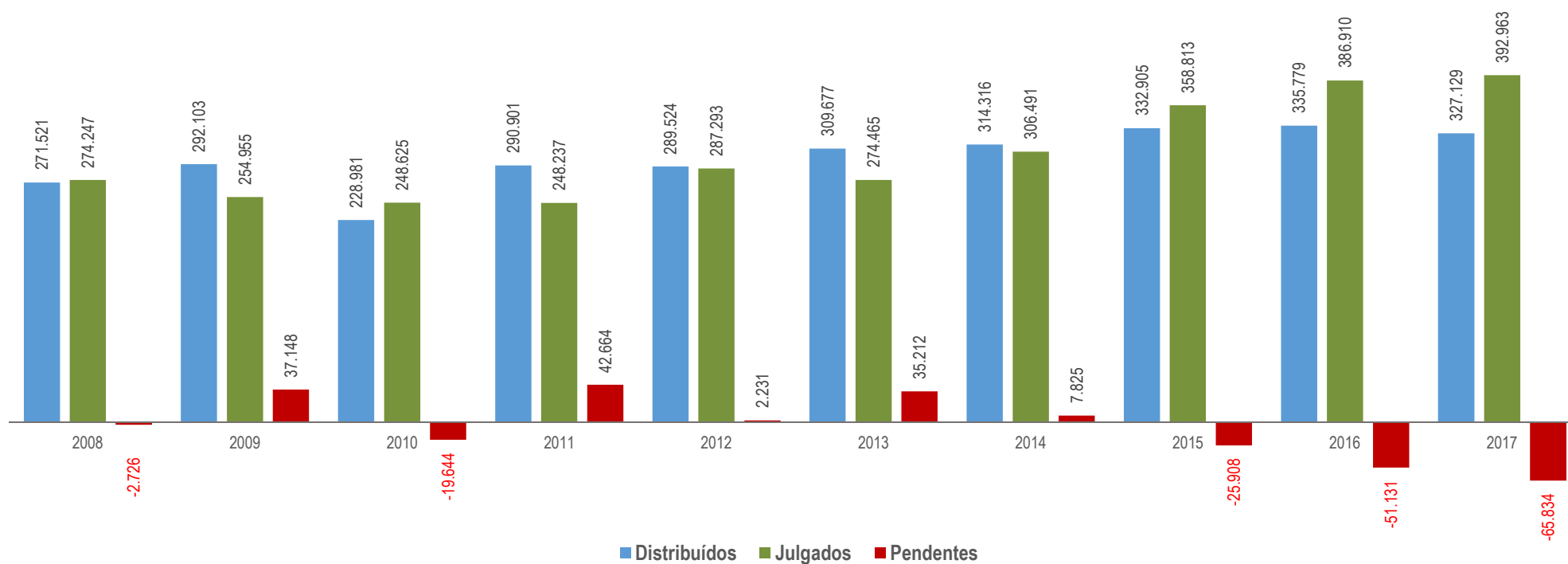
Notas: Sinal convencional utilizado:

.. Não se aplica dado numérico.

Os números negativos em 1994, 2005, 2008, 2010, 2015, 2016 e 2017 são decorrentes de processos distribuídos em períodos anteriores e que foram julgados nos citados anos.

Processos distribuídos, julgados e pendentes de 1º julgamento

Período: 01/01/2008 a 31/12/2017



Fontes: Secretaria Judiciária; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros; NARER e STI (Sistema Justiça).

Nota: Os números negativos em 2008, 2010, 2015, 2016 e 2017 são decorrentes de processos distribuídos em períodos anteriores e que foram julgados nos citados anos.

Nos processos julgados não estão incluídos no período: 81.405 Agravos Internos, 725.683 Agravos Regimentais e 359.143 Embargos de Declarações, totalizando, 1.166.231 feitos.

Petições protocolizadas de recursos internos e externos

- janeiro a dezembro de 2017 -

Tipos de recursos	Recursos internos					Recursos externos				Total (A + B)
	Agravo Interno	Agravo Regimental	Embargos de Declaração	Embargos de Divergência	Subtotal (A)	Agravo em Recurso Extraordinário	Recurso Extraordinário	Recurso Ordinário	Subtotal (B)	
Relatores										
Ministra Presidente	2.538	114	2.947	308	5.907	12	38		50	5.957
Ministro Vice-Presidente	2.872	1.220	2.890	90	7.072	1.325	4.276	1.092	6.693	13.765
Felix Fischer	145	1.039	334	102	1.620		10	7	17	1.637
Francisco Falcão	2.536	5	1.009	154	3.704		16	1	17	3.721
Nancy Andrichi	3.720	11	1.444	110	5.285		7		7	5.292
Laurita Vaz (1)	1				1					1
João Otávio de Noronha (4)	1	1	2	2	6		1		1	7
Humberto Martins (2)	52	1	39	66	158		2		2	160
Maria Thereza de Assis Moura	154	698	263	85	1.200		9	3	12	1.212
Herman Benjamin	974	6	1.322	121	2.423		15	1	16	2.439
Napoleão Nunes Maia Filho	3.154	6	1.280	150	4.590		30	3	33	4.623
Jorge Mussi	130	1.404	387	95	2.016		10	5	15	2.031
Og Fernandes	2.948	6	1.112	114	4.180		10	2	12	4.192
Luis Felipe Salomão	2.193	4	906	102	3.205		4		4	3.209
Mauro Campbell Marques (5)	2.803	8	1.462	109	4.382	2	13	2	17	4.399
Benedito Gonçalves	5.143	8	1.858	134	7.143		17	4	21	7.164
Raul Araújo (3)	926	1	380	72	1.379		1		1	1.380
Paulo de Tarso Sanseverino	2.590	1	860	20	3.471		1		1	3.472
Isabel Gallotti	2.679	7	889	52	3.627	2	5		7	3.634
Antonio Carlos Ferreira	2.603	6	814	45	3.468		5		5	3.473
Villas Bôas Cueva	2.625	6	1.007	44	3.682		3		3	3.685
Sebastião Reis Júnior	103	800	240	19	1.162	2	7	2	11	1.173
Marco Buzzi	2.992		952	42	3.986		4		4	3.990
Marco Aurélio Bellizze	2.487	3	867	43	3.400		3		3	3.403
Assusete Magalhães	2.965	1	923	73	3.962	1	17		18	3.980
Sérgio Kukina	2.903		1.131	67	4.101		23	4	27	4.128
Moura Ribeiro	1.846	2	657	36	2.541	1			1	2.542
Regina Helena Costa	3.573	1	1.258	78	4.910		10		10	4.920
Rogério Schietti Cruz	101	898	280	5	1.284		2	3	5	1.289
Nefi Cordeiro	201	1.400	407	26	2.034		10	5	15	2.049
Gurgel de Faria	2.872	1	977	83	3.933		30		30	3.963
Reynaldo Soares da Fonseca	47	870	264	9	1.190	1	8	7	16	1.206
Ribeiro Dantas	62	1.088	326	20	1.496		10	5	15	1.511
Antonio Saldanha Palheiro	110	857	281	23	1.271		8	3	11	1.282
Joel Ilan Paciornik	53	1.010	265	17	1.345		3	3	6	1.351
Lázaro Guimarães (6)	1.716	2	603	31	2.352		11		11	2.363
Presidente da 1ª Seção	3		4		7					7
Presidente da 2ª Seção	2		1		3					3
Presidente da 3ª Seção	8		100		108					108
Ministro designado (7)	2		2		4					4
Presidente da Comissão Gestora de Precedentes (8)	1		1		2					2
Sec. Órgãos Julgadores (9)	2				2					2
Total	62.836	11.485	30.744	2.547	107.612	1.346	4.619	1.152	7.117	114.729

Fontes: Secretaria Judiciária; STJ (Sistema Justiça).

(1) Ministra Presidente do STJ. (2) Ministro Vice-Presidente do STJ. (3) Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal a partir de 21/9/2017. (4) Ministro Corregedor Nacional de Justiça. (5) Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal até 20/9/2017..(6) Desembargador convocado do TRF 5ª Região a partir de 2/10/2017. (7) Estão computados os processos registrados e decisões proferidas pelo Ministro Paulo de Tarso Sanseverino no NARER conforme Portaria Nº 435 de 20/8/2014. (8) Estão computados os processos registrados ao Ministro Paulo de Tarso Sanseverino como Presidente da Comissão Gestora de Precedentes conforme Portaria Nº 475 de 11/11/2016. (9) Computadas as petições sem destinatários bem como as endereçadas aos Ministros aposentados.

Atividades Jurisdicionais do Superior Tribunal de Justiça 2017

Movimentação Processual

Processos Recebidos	332.284
Processos Distribuídos (A)	227.476
Processos Registrados - Competência Exclusiva da Presidência (B)	7.350
Processos Registrados à Presidência por triagem no processamento inicial (1)(C)	92.303
Total de Processos Distribuídos e Registrados (A+B+C)	327.129
Processos Julgados em Sessão	97.305
Processos Decididos Monocraticamente	393.168
Total Processos Julgados (incluindo AgInt, AgRg e EDcl)	490.473
Total Processos Julgados (excluindo AgInt, AgRg e EDcl)	392.963
Acórdãos Publicados	100.365
Processos Baixados	373.931
Processos com Vista ao MPF em 31/12/2017	12.424
Processos Tramitando em 31/12/2017	332.330

Médias

Média dos Processos Distribuídos e Registrados por cargos de Magistrados	9.913
Média de Processos Julgados (incluindo AgInt, AgRg e EDcl) por cargos de Magistrados	14.863
Média de Processos Julgados (excluindo AgInt, AgRg e EDcl) por cargos de Magistrados	11.908

Decisões e Despachos do Ministro Presidente e Vice-Presidente

Ministro Presidente (exceto RE e RO)	130.282
Ministro Vice-Presidente (exceto RE e RO)	4.595
Recursos Extraordinários e Ordinários	11.230

Recursos Repetitivos (Temas) - Dados coletados até 31/12/2017

Recursos repetitivos	Temas Afetados		
	Julgados		Aguardando julgamento
	2/1/2017 a 31/12/2017	8/8/2008 a 31/12/2017	
Corte Especial	2	85	8
1ª Seção	13	427	43
2ª Seção	5	175	22
3ª Seção	2	63	1
Total	22	750	74

Fontes: NUGEP; Secretaria Judiciária; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros; STJ (Sistema Justiça).

Notas: Nos processos tramitando estão inclusos os com status "processamento de RE/RO" e "em execução".

Nos cargos de Magistrados estão computados os providos ou não.

(1) Processos recursais submetidos a triagem processual pela Secretaria Judiciária, conforme previsto na Resolução STJ n. 17 de 4.9.2013.

Glossário

Acórdão

Peça escrita que contém o julgamento proferido por órgão colegiado de um tribunal; não por um juiz.

AREsp (Agravo em recurso especial)

Recurso que se interpõe contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido.

Controvérsia

Representa o conjunto de processos recebidos pelo STJ na condição de representativos da controvérsia – RRC (§ 1º do art. 1036 do CPC), a fim de possibilitar a afetação dos(s) processo(s), pelo Órgão Julgador do STJ, ao rito dos recursos repetitivos.

Decisão interlocutória

É o ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente, ou seja, ponto relevante que não põe fim ao processo.

Decisão Liminar

Decisão urgente e provisória, dada antes do julgamento do processo para evitar prejuízo irreparável a um direito

Decisão terminativa

É aquela onde o magistrado toma uma decisão que põe fim ao processo.

Decisão colegiada

Decisão proferida por um grupo de juízes ou ministros, reunidos em um colegiado. É também denominada de "acórdão". Os órgãos colegiados do Tribunal são: Corte Especial, seções e turmas.

Decisão monocrática Decisão proferida por um único magistrado; não por colegiado.

Distribuição

Escolha do relator do processo por sorteio ou por prevenção. O relator sorteado pode declarar-se impedido, caso em que é feito novo sorteio.

Ministério público

Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, à qual incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127).

Pedido de vista

Ato pelo qual o ministro solicita os autos de um processo com o direito de tomar conhecimento de tudo o que nele contém, se dá durante o julgamento no momento de proferir o voto ele pode pedir.

Processo

Conjunto coordenado de preceitos legais normativos, que imprimem forma e movimento à ação no sentido formal.

Processo atribuído

É o processo que foi imputado ao ministro nomeado no lugar de magistrado que deixou o cargo por aposentadoria, falecimento ou mudança de órgão julgador.

Processo baixado

Processo recursal que foi encaminhado de volta ao tribunal de origem.

Processo Arquivado:

Processo originário que foi guardado em arquivo definitivamente no tribunal após o trânsito em julgado.

Processo distribuído

Processo recebido pelo magistrado, mediante distribuição por sorteio, para que proceda ao seu julgamento.

Processo originário

Aquele que se inicia no próprio órgão e não chega a ele como recurso contra decisão proferida em outro grau de jurisdição.

Processo pendente de 1ª decisão

Processo que ainda não possui decisão terminativa/definitiva.

Processo recursal

Aquele que chega ao órgão como recurso contra decisão proferida em outro grau de jurisdição.

Processo redistribuído

É aquele resultante da nova distribuição decorrente da incompetência reconhecida do magistrado ou do órgão judicial a que foi anteriormente distribuída ou decorrente de aposentadoria, falecimento ou afastamento do relator originário.

Processo registrado

É o feito registrado ao Ministro Presidente, vice-Presidente e aos presidentes de seção por determinação regimental.

Recurso

Meio de que dispõe a parte vencida em um processo para provocar a modificação ou a invalidação de uma decisão judicial desfavorável.

RE (Recurso extraordinário)

Recurso da competência do Supremo Tribunal Federal contra decisões proferidas em única ou última instância, quando a decisão recorrida: a) contrariar dispositivo da Constituição Federal; b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal; c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição; d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal (CF, art. 102, III).

REsp (Recurso especial)

Recurso de competência do Superior Tribunal de Justiça, instituído pela Constituição de 1988 (art. 105, 111). É cabível das causas decididas em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida: a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência; b) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal; e c) der à lei federal interpretação divergente de que lhe haja atribuído outro tribunal.

RO (Recurso ordinário)

Recurso dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, quando denegatória a decisão, em mandado de segurança decidido em única instância e habeas corpus decidido em única ou última instância pelos tribunais regionais federais e pelos tribunais de justiça dos estados e do Distrito Federal e dos Territórios, bem como em causas em que forem partes estado estrangeiro ou organismo internacional de um lado e, do outro, município ou pessoa residente e domiciliada no País (CF, art. 105, caput, II).

Relator

Membro de tribunal a quem se atribui – por distribuição automática e eletrônica – um processo para estudá-lo e explicá-lo em relatório, podendo ser escolhido também por prevenção, quando já tiver sido relator de processos referentes ao mesmo caso.

Voto-vista

Consiste no voto proferido pelo ministro que pediu vista dos autos.

Recurso especial repetitivo

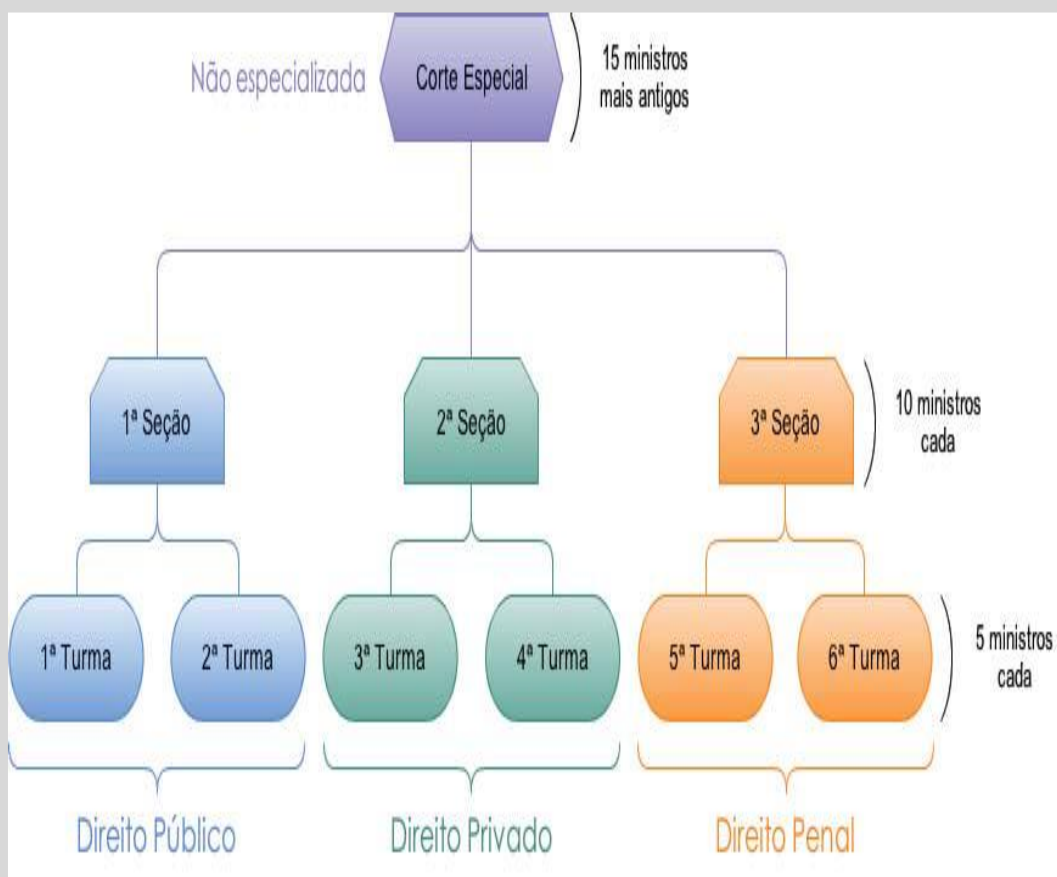
É um recurso que representa um grupo de recursos baseados em teses idênticas, ou seja, que têm fundamento em questão de direito idêntica. Nesses casos, o processo fica suspenso no tribunal de origem até o pronunciamento definitivo do STJ sobre a matéria.

Classes processuais do STJ: para consultar todas as classes de feitos clique no link abaixo e consulte diretamente no Art. 67 do Regimento Interno:

[Link](#)

Áreas de especialização

O Regimento Interno definiu as áreas de especialização dos seus órgãos judiciários (seções e turmas), atribuindo-lhes competência para processar e julgar os feitos relativos ao Direito Público, ao Direito Privado e ao Direito Penal. Essa especialização é definida em razão da natureza da relação jurídica litigiosa.



RELATÓRIO ESTATÍSTICO



STJ

Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica
Coordenadoria de Gestão da Informação